

CENTRO DE ESTUDOS E  
DEBATES ESTRATÉGICOS

Centenário

**MILTON  
SANTOS**

1926 ★ 2026

# MILTON SANTOS NO TERRITÓRIO DA DEMOCRACIA

CONTRIBUIÇÕES AO PARLAMENTO BRASILEIRO



## **Câmara dos Deputados**

57ª Legislatura | 2023-2027

### **Presidente**

Hugo Motta

### **1º Vice-Presidente**

Altineu Côrtes

### **2º Vice-Presidente**

Elmar Nascimento

### **1º Secretário**

Carlos Veras

### **2º Secretário**

Lula da Fonte

### **3ª Secretária**

Delegada Katarina

### **4º Secretário**

Sergio Souza

### *Suplentes de secretários*

### **1º Suplente**

Antonio Carlos Rodrigues

### **2º Suplente**

Paulo Folletto

### **3º Suplente**

Dr. Victor Linhalis

### **4º Suplente**

Paulo Alexandre Barbosa

### **Secretário-Geral da Mesa**

Lucas Ribeiro Almeida Júnior

### **Diretor-Geral**

Guilherme Barbosa Brandão

### **Presidente do Conselho Editorial**

Lafayette de Andrada

## **Centro de Estudos e Debates Estratégicos**

2026

### **Presidente**

Márcio Jerry

A. J. Albuquerque

Amom Mandel

Arnaldo Jardim

Benedita da Silva

Bia Kicis

Dandara

Dr. Victor Linhalis

Dr. Luiz Ovando

Félix Mendonça Júnior

Gustavo Gayer

Helio Lopes

Júlio César

Lafayette de Andrada

Paulo Pimenta

Reginaldo Lopes

Rodrigo Gambale

Simone Marquette

Zé Vitor



Câmara dos  
Deputados

# MILTON SANTOS NO TERRITÓRIO DA DEMOCRACIA:

## CONTRIBUIÇÕES AO PARLAMENTO BRASILEIRO

Organizador:  
Márcio Nuno Rabat

Brasília, 2026



# **Câmara dos Deputados**

**Diretoria-Geral:** Guilherme Barbosa Brandão

**Consultoria-Geral:** José Evande Carvalho Araujo

**Consultoria Legislativa:** Ricardo Miranda de Sousa

**Centro de Documentação e Informação:** Sergio Sampaio Contreiras de Almeida

**Coordenação Edições Câmara:** Ana Lígia Mendes

**Edição:** Rachel Malheiros

**Preparação de originais:** Bárbara Freitas

**Revisão:** Mariana Moura

**Projeto gráfico, capa e diagramação:** Giselle Sousa

2026, 1ª edição.

Linha Estudos e Debates.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.  
Bibliotecária: Fabíola Marques Ferigato – CRB1: 2213

---

Milton Santos no território da democracia [recurso eletrônico] : contribuições ao parlamento brasileiro / organizador: Márcio Nuno Rabat. – 1. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2026.

Versão e-book

Modo de acesso: [livraria.camara.leg.br](http://livraria.camara.leg.br)

Disponível, também, em formato impresso.

ISBN 978-85-402-1229-9

1. Milton Santos, 1926-2001, visão política e social. 2. Geógrafo, Brasil, biografia. 3. Geógrafo, Brasil, homenagem. 4. Discurso parlamentar, Brasil. I. Rabat, Márcio Nuno. II. Título.

CDU 929

---

ISBN 978-85-402-1228-2 (papel)

ISBN 978-85-402-1229-9 (e-book)

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores.

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19/2/1998.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem prévia autorização da Câmara dos Deputados, exceto nos casos de breves citações, desde que indicada a fonte.

Venda exclusiva pela Edições Câmara.

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Palácio do Congresso Nacional – Anexo 2 – Térreo

Praça dos Três Poderes – Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5833

[livraria.camara.leg.br](http://livraria.camara.leg.br)

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	7
---------------------------	---

*Deputado Hugo Motta*

<b>Milton Santos, 100 anos: homenagear sua obra é valorizar o povo brasileiro</b> .....	9
---	---

*Deputado Márcio Jerry*

*Deputado Orlando Silva*

<b>Milton Santos no Cedes</b> .....	13
-------------------------------------	----

*Deputada Benedita da Silva*

*Deputada Dandara Tonantzin*

<b>O lugar vivo da esperança: celebrando o centenário de Milton Santos</b> .....	17
--	----

*Nina Santos*

<b>Milton Santos e a centralidade da periferia</b> .....	19
--	----

*Márcio Nuno Rabat*

<b>Seminário Parlamento Brasileiro: História e Perspectivas</b> .....	33
---	----

<b>Seminário Agrotóxicos, Poluição e Saúde</b> .....	99
--	----

## Apresentação

É com grande satisfação que a Câmara dos Deputados apresenta à sociedade brasileira a publicação *Milton Santos no território da democracia: contribuições ao Parlamento brasileiro*. Esta obra resgata duas participações de Milton Santos nesta Casa, documentos que expressam, com rara profundidade intelectual, a visão de um dos maiores pensadores brasileiros do século XX sobre o território, a política e os caminhos da democracia.

A decisão de reunir e publicar essas falas não é apenas um gesto de preservação da memória intelectual: é o reconhecimento de que as ideias ali expressas permanecem vivas e necessárias. Milton Santos compreendeu o espaço geográfico como arena concreta das relações sociais e políticas — e enxergou no Parlamento o lugar onde as disputas pelo território se convertem em decisões que alcançam a vida das pessoas. Devolver esses textos à circulação pública é convidar o leitor ao diálogo com um pensamento que não se esgota.

É motivo de especial orgulho para esta Casa ter sido palco das contribuições de Milton Santos ao debate nacional. Sua presença neste local evidenciou que a geografia, entendida como ciência comprometida com a justiça social, tem muito a dizer aos que exercem o mandato representativo. Os discursos aqui publicados são, ao mesmo tempo, lição e desafio: lembram o que a política pode ser quando orientada pelo rigor do pensamento e pela escuta das realidades concretas do país.

A Câmara dos Deputados, ao disponibilizar esta obra, reafirma seu compromisso com a democratização do conhecimento e com a valorização das contribuições intelectuais que ajudaram a construir uma compreensão mais justa e crítica do Brasil. Que esta publicação inspire todos aqueles que acreditam que pensar o país com seriedade é o primeiro passo para transformá-lo.

Deputado Hugo Motta  
*Presidente da Câmara dos Deputados*

# Milton Santos, 100 anos: homenagear sua obra é valorizar o povo brasileiro

Deputado Márcio Jerry

*Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos – CEDES*

Deputado Orlando Silva

*1º Vice-Coordenador da Bancada Negra da Câmara dos Deputados*

Milton Santos completaria cem anos de existência no dia 3 de maio de 2026. A importância dessa efeméride fez com que o Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados rememorasse sua vida e obra nesta publicação, inclusive com o resgate de seu último pronunciamento nesta Casa, no histórico seminário Parlamento Brasileiro: História e Perspectivas, realizado no ano de 2000, no contexto dos 500 anos de descobrimento do Brasil.

Baiano de Brotas de Macaúbas, homem negro, Milton Santos foi um dos principais intelectuais brasileiros e do mundo no século XX, seguramente nosso geógrafo de maior prestígio e reconhecimento internacional, com mais de quarenta obras escritas e único latino-americano agraciado com o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, espécie de Nobel dessa área. Foi também advogado, jornalista e professor universitário de algumas das principais instituições de ensino daqui e do estrangeiro.

Seu refinado pensamento humanista contribuiu para uma virada na forma de entender e ensinar a geografia, direcionando suas lentes para as pessoas e as relações sociais, econômicas e políticas como constitutivas dos espaços. Em sua ótica, os espaços geográficos não podiam ser concebidos de forma isolada, mas de forma híbrida, compostos pelo sistema de objetos (estruturas físicas) e o sistema de ações (trabalho, interações humanas, sociais, políticas), formando um todo indissociável.

Milton Santos foi um crítico mordaz da forma opressiva como a globalização se impôs, aprofundando desigualdades sociais, exportando e impondo valores e culturas estranhos aos territórios e às suas populações. Para ele, a globalização perversa, dirigida pelos interesses das grandes corporações, tornava falsa a ideia da “aldeia global” que integraria o planeta, pois esta ignorava que as desigualdades e opressões seriam barreiras objetivas a esse mundo edulcorado.

Entretanto, depositava suas esperanças em uma “outra globalização”, possível a partir do poder criador e transformador das relações humanas, capaz de construir vínculos genuínos. Nesse contexto, a escassez e as dificuldades vividas nos territórios periféricos poderiam tecer relações sociais e culturais capazes de impulsionar a resistência popular e fomentar uma globalização mais solidária e humanizada.

Na elaboração de Milton Santos, o “território” é o *locus* em que se materializam as contradições das relações econômicas e sociais no capitalismo, e também onde são produzidas as sínteses, algo que entende como o exercício primordial da política. Esse pensamento fica exposto em sua palestra no seminário já referido:

o território acaba por ser o dado essencial da condição da vida cotidiana. Essa vida cotidiana é contraditória por definição, porque une o passado e o futuro na figura do presente fugaz, obriga às obediências, estimula a revolta, mas conduz ao entendimento do papel das coisas que nos cercam e limitam nossa ação. Obriga-nos a pensar. E não há outra maneira de viver, isto é, outra vez nos conduzindo a revalorizar as possibilidades de produção de outro futuro. Ora, a política não é outra coisa senão isso mesmo.

Essa reflexão, necessariamente, conduz à outra, que reforça a atualidade de seu pensamento: a representatividade nos espaços de poder político. A quem o Parlamento brasileiro deve representar prioritariamente? O povo trabalhador, que se inventa e reinventa todos os dias nos territórios, ou os anseios insaciáveis do capital e das grandes corporações?

A resposta vem dele próprio: “a realidade já mostra uma nova divisão territorial do Brasil, que, creio, vai exigir representatividade política, reclamar e participar do jogo das decisões que concernem à construção do futuro”, afirmou na palestra ao Parlamento de então.

Homenagear o centenário do nascimento de Milton Santos, homem negro, nordestino, que se tornou um dos maiores intelectuais do mundo, é valorizar o que o país tem de melhor: o povo brasileiro. É a esse povo, que resiste e exige ser visto e representado, que o Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados oferece esta publicação.

Viva o centenário de Milton Santos!

# Milton Santos no Cedes

Deputada Benedita da Silva  
*Coordenadora da Bancada Negra da Câmara dos Deputados*

Deputada Dandara Tonantzin  
*Coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas  
Públicas de Combate ao Racismo do Cedes*

A Câmara dos Deputados tem vivenciado transformações concretas em sua dinâmica institucional, resultado do esforço empreendido por parlamentares negros, que correspondem a apenas 12% da composição total da Casa, no intuito de mitigar práticas historicamente excludentes. Nesse contexto, a instituição de órgãos como a Bancada Negra da Câmara dos Deputados e a Frente Mista Antirracista do Congresso Nacional, bem como a criação do Grupo de Trabalho (GT) de Políticas Públicas de Combate ao Racismo no âmbito do Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara, impulsionou mudanças estruturais que rompem com a lógica de subalternização das pautas raciais, fomentam o protagonismo negro e resgatam a memória da população afro-brasileira.

De prontidão, a Bancada Negra acolheu com satisfação e entusiasmo a oportunidade de fortalecer o legado intelectual deixado por Milton Santos, reconhecendo tal feito como uma missão. O geógrafo, escritor e um dos mais brilhantes intelectuais do século XX transcende sua inegável contribuição à academia ao exemplificar como a educação é capaz de transformar as trajetórias de pessoas negras no nosso país, cujos saberes e histórias de vida foram sistematicamente apagados pela estrutura colonial e racista. Nascido no interior da Bahia, Milton Santos aprendeu desde cedo uma visão de mundo sob a experiência da precariedade. Sua trajetória não foi isenta de obstáculos: das rígidas barreiras raciais que impediam negros de frequentarem a universidade

na década de 1950 até a perseguição e exílio durante a ditadura militar. Sua vida e suas obras demonstram que o acesso ao conhecimento, quando aliado à consciência crítica e ao pertencimento racial, constitui instrumento poderoso de libertação e de construção de um novo projeto de Brasil.

A ideia de publicar a exposição oral proferida por Milton Santos no seminário Parlamento Brasileiro: História e Perspectivas, promovido pela Câmara dos Deputados no ano 2000, surgiu – não por acaso – no decorrer das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho de Políticas Públicas de Combate ao Racismo, sob nossa coordenação. A proposta foi desde cedo bem acolhida pelo atual presidente do Cedes, deputado Márcio Jerry, que viu no seminário comemorativo dos 100 anos de Milton Santos – uma iniciativa que compartilhava com o deputado Orlando Silva – a oportunidade perfeita para o lançamento da publicação. A ideia, então, se concretizou, virou realidade, está aqui, nas mãos do leitor. Nem por isso, contudo, uma indicação um pouco mais detalhada de como ela surgiu se tornou supérflua.

As reuniões de audiência pública do GT Políticas Públicas de Combate ao Racismo desvendaram o impressionante avanço das pesquisas mais recentes a respeito da complexa história das relações raciais no Brasil e dos imensos desafios a enfrentar para a superação da desigualdade racial e do racismo. Os debates e as exposições sobre a situação da população negra em nosso país incidiram sobre diversos campos de investigação, do tributário ao trabalhista, do normativo ao das relações pessoais. Em todos eles, as contribuições recolhidas foram valiosas.

À qualidade técnica e teórica das intervenções, tanto de expositores convidados como de participantes espontâneos, somou-se a emoção de ver e ouvir pessoas negras apresentando suas experiências pessoais de superação das sequelas do racismo. A constatação do papel da autoestima nesses enfrentamentos cotidianos nos convenceu da necessidade de iniciativas voltadas à divulgação da imensa contribuição da população negra para que o Brasil produza, em inúmeras áreas, o que tem de melhor e mais avançado para apresentar ao mundo.

Um imenso leque de possibilidades se abriu quando adotamos essa perspectiva. Poderíamos dirigir nossa atenção, por exemplo, para as mulheres negras que atualmente se destacam na produção científica, como Sônia Guimarães, doutora em física e pesquisadora de vanguarda em sensores de calor e semicondutores, que se tornou professora do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) quando a instituição ainda sequer aceitava mulheres como estudantes, ou como a jovem biomédica Jaqueline Góes de Jesus e seu relevante papel no avanço do conhecimento sobre o vírus SARS-CoV-2 (coronavírus responsável pela pandemia de Covid-19). Também poderíamos voltar os olhos para a renovação do modo de jogar o esporte mais popular do planeta, conquista dos jogadores brasileiros de futebol, majoritariamente negros, nas décadas de 1950 e 1960.

Na longa lista de feitos de impacto internacional, cabe recordar que, na passagem do século XIX para o século XX, Joaquim Maria Machado de Assis reinventou a narrativa literária em língua portuguesa, elevando-a a um novo patamar de sofisticação, que surpreende cada vez mais leitores mundo afora; que Josué de Castro, além de exercer a presidência do conselho executivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) de 1951 a 1955, reformou o conceito de fome como fenômeno social, em livros memoráveis, editados e reeditados dentro e fora do Brasil; que Lélia Gonzalez ressignificou nossa herança ancestral ao explorar a sofisticada categoria político-cultural de amefricanidade e ao conjugar a atuação feminista e antirracista em uma luta libertadora de grande alcance.

Milton Santos se inscreve com destaque nessa lista. Seu modo inovador de perceber e estudar o espaço transformou-se em referência mundial entre cientistas sociais e filósofos. Em sua vasta obra, a grande capacidade de elaboração conceitual juntou-se à sensibilidade para com tudo que importa à vida concreta das camadas populares para produzir uma visão de mundo criativa e transformadora, que não nega o caráter perverso da globalização em curso, mas percebe, nas vivências e convivências das pessoas comuns, os germes de um novo tempo.

Ao tomarmos conhecimento de que uma das últimas intervenções públicas do grande geógrafo negro brasileiro foi realizada justamente na Câmara dos Deputados, percebemos que a publicação deste conteúdo seria o ponto de partida ideal do projeto acalentado no recém-criado GT, abraçado com prestígio pela Bancada Negra. Não poderia haver melhor começo.

# O lugar vivo da esperança: celebrando o centenário de Milton Santos

Nina Santos

*Secretária-adjunta de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação  
da Presidência da República do Brasil e neta de Milton Santos*

Celebrar o centenário do nascimento de Milton Santos pode servir mais do que para honrar a trajetória e a obra de um intelectual – no sentido mais próprio da palavra –, pode ser um caminho de construção de esperança. Em sua compreensão do mundo, Milton fez andarem lado a lado leituras complexas da realidade, críticas precisas a processos político-econômicos e construção de horizontes para a transformação da realidade. Esta publicação, dedicada a repensar e homenagear a sua obra, nos convoca não apenas a olhar para o passado de um grande intelectual, mas também a repensar as encruzilhadas do nosso presente frente ao que ele nos deixou.

Milton nasceu na Bahia e, de alguma forma, nunca a deixou. Ele carregava a Bahia em sua voz, em sua elegância e em sua capacidade de observar o mundo a partir das margens. Foi justamente essa vivência, a de um homem negro do Nordeste brasileiro, que lhe permitiu enxergar a geografia não como uma ciência fria dos mapas e das distâncias, mas como a ciência viva e pulsante das desigualdades humanas. Sua negritude e sua baianidade não foram apenas dados biográficos, mas a própria lente ontológica através da qual ele decifrou o Brasil e o mundo.

Nesta data comemorativa, voltar os nossos olhos para a última fala pública de Milton Santos na Câmara dos Deputados, em 3 de abril de 2000, nos relembra algumas de suas reflexões mais preciosas. Para começar, Milton fala da relação entre o povo e os seus representantes e reflete sobre a distância existente entre as duas esferas. Distância esta

que, segundo ele, se dá tanto pela abstração da ideia de povo e de nação, quanto pelo afastamento do território como espaço de vivência. “Quem já deu bom dia a uma nação?”, questiona ele.

A ideia abstrata se torna concreta no território, que, segundo Milton, trata-se de um lugar vivo, onde se constrói o cotidiano. Uma bela ideia trazida por ele é a de que é justamente neste espaço onde se misturam passado e futuro e se constrói o presente. Enquanto a globalização hegemônica tenta homogeneizar os espaços e transformar tudo em mercadoria, o território vivido pelas pessoas comuns resiste como um reduto de humanidade.

Por fim, a fala de Milton Santos naquele 3 de abril de 2000 trouxe um alerta sobre a degradação da esfera pública: uma reflexão sobre o quanto a política estava deixando de ser um fato dos políticos para se tornar um fato das empresas. Naquele contexto, essa reflexão se dá à luz do processo de globalização, de formação de grandes e poderosos conglomerados econômicos transnacionais, que passam a disputar poder com o Estado (e o próprio Estado).

Que as páginas que se seguem sejam lidas com o mesmo afeto e o mesmo rigor com que Milton pensou o Brasil. Que possamos, inspirados por seu legado, continuar a lutar por um país onde o território seja, de fato, a morada da dignidade humana e onde a política seja o instrumento maior de libertação do nosso povo. Celebrar 100 anos de Milton Santos é, sobretudo, reforçar nossa responsabilidade de pensar um outro mundo possível.

# Milton Santos e a centralidade da periferia

Márcio Nuno Rabat<sup>1</sup>

A publicação de duas intervenções orais de Milton Santos, ambas proferidas em eventos sediados na Câmara dos Deputados, além de significativa por si mesma, pois toda sua produção intelectual merece ser amplamente conhecida, abre caminho para a reflexão sobre o pensamento do autor, sua relevância e envergadura. Neste curto ensaio introdutório, será recapitulada a história desta publicação e, a seguir, sugerida uma via de acesso, entre tantas possíveis, à vasta obra de que constitui pequeníssima parte, na expectativa de estimular o leitor a se aventurar por um território instigante e desafiador – ou a ele voltar, se já teve o prazer de percorrer algumas de suas veredas.

\*

O ponto de partida desta publicação situa-se na participação de Milton Santos na mesa do seminário Parlamento Brasileiro: História e Perspectivas intitulada “Que Parlamento para o século XXI? Desafios e perspectivas frente à mundialização”. Eu, Débora Bithiah de Azevedo e José Ricardo Oriá Fernandes, da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, ficamos encarregados de conceber e conduzir o seminário<sup>2</sup>, que se realizou no Auditório Nereu Ramos, de 4 a 7 de abril de 2000, no âmbito do projeto *Câmara nos 500 anos*, composto de uma série de

---

1 Consultor legislativo da Câmara dos Deputados na Área XIX – Direitos Humanos e Minorias, Ciência Política e Sociologia Política. Graduado em direito pela Universidade de Coimbra e doutor em ciência política pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

2 Termos assumido tal tarefa não significa que o seminário resultou exclusivamente de nosso trabalho. Como acontece frequentemente na Câmara dos Deputados, inúmeros órgãos e servidores da Casa se conjugaram para levar o evento a bom porto.

iniciativas destinadas à reflexão sobre nossa história desde a chegada dos colonizadores portugueses ao território que se tornaria o do Brasil.

Infelizmente, aquela seria uma das últimas aparições públicas de Milton Santos, que viria a falecer pouco mais de um ano após o evento, em 24 de junho de 2001. Trata-se, pois, de um registro histórico relevante: uma das últimas manifestações públicas de um dos maiores pensadores brasileiros na Casa de representação política por excelência para dela mesma tratar, sem concessões, como era de seu feitio, mas com o rigor teórico que é a forma mais elevada de respeito pelo objeto investigado. Ainda comove pensar naquele dia<sup>3</sup>.

Registre-se que o projeto *Câmara nos 500 anos*, conduzido por comissão presidida pelo deputado Ubiratan Aguiar, então primeiro-secretário da mesa Diretora da Câmara dos Deputados<sup>4</sup>, foi uma iniciativa ambiciosa. Assim, por exemplo, na mesma semana em que se realizava o seminário Parlamento Brasileiro: História e Perspectivas, era instalada, no Salão Negro do Congresso Nacional, em 5 de abril, a exposição *Câmaras e Poderes: 500 anos de brasilidade*. Concebida por Joel Rufino dos Santos e Gisela Magalhães, a mostra também se destinava a explorar a interação entre o Poder Legislativo e a sociedade ao longo de nossa história.

Um longo salto temporal, de mais de 25 anos, nos leva ao segundo momento relevante dessa história, já relatado, anteriormente, na apresentação das deputadas Benedita da Silva e Dandara Tonantzin coor-

---

3 Creio que a modesta participação que tive no evento autoriza incluir algumas notas pessoais no texto. Recordo, por exemplo, o almoço que posteriormente compartilhamos com Milton Santos, junto com mais um colega da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, George de Cerqueira Leite Zarur, que já o conhecia, quando tive a oportunidade, na única vez que o encontrei pessoalmente, de dizer que ele fora professor de meu pai, em Ilhéus, na Bahia, enquanto me controlava para não tentar encaminhar a conversa para questões teóricas que não cabiam em um encontro já informal.

4 Mais informações sobre os dois eventos, inclusive a programação completa do seminário, podem ser encontradas nas edições do *Jornal da Câmara* de 3 a 7 de abril de 2000, disponíveis em: <https://www.camara.leg.br/internet/jornalcamara/>. A gravação da intervenção oral de Milton Santos pode ser acessada em: <https://imagem.camara.leg.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=49439>. Ouvi-la permite um outro de tipo de aproximação ao que ele disse na ocasião, e como disse.

denadoras do GT Políticas Públicas contra o Racismo, do Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados. Ao longo dos trabalhos do GT, ganhou corpo a ideia de que os esforços de superação do racismo e de reparação pelo sofrimento infligido à população negra envolvem, além de políticas afirmativas em sentido estrito, a exposição do papel destacado que negras e negros desempenharam na construção do país, naquilo que ele tem de mais avançado, desconstruindo estigmas e atacando preconceitos. Daí resultou a proposta de um projeto editorial estruturado ao redor da ação e do pensamento de figuras emblemáticas da população negra.

A contribuição de Milton Santos à renovação da geografia e do estudo do espaço não poderia deixar de se impor como uma das vertentes do projeto. A publicação de sua intervenção, praticamente inédita, no seminário Parlamento Brasileiro: História e Perspectivas, tornou-se, por assim dizer, obrigatória. Tratava-se, afinal, de uma das últimas aparições públicas de um grandioso pensador negro brasileiro, cujo impacto em sua área de atuação é internacionalmente reconhecido e, talvez mais importante, que liderou a renovação dos estudos do território (logo, da sociedade) no Brasil.

A esse projeto editorial de médio prazo veio somar-se a iniciativa do deputado Orlando Silva e do Cedes, por meio de seu presidente, deputado Márcio Jerry, de patrocinar a realização, na Câmara dos Deputados, de um seminário comemorativo dos 100 anos de Milton Santos, com o objetivo de produzir ampla reflexão sobre sua vida e obra. O evento, de grande magnitude, revelou-se a oportunidade perfeita para o lançamento da publicação que o Cedes, por meio do GT Políticas Públicas contra o Racismo, já concebera, embora a exiguidade de tempo exigisse a aceleração do processo editorial.

No curso desse esforço editorial acelerado, decidiu-se acrescentar à intervenção de Milton Santos no seminário Parlamento Brasileiro: História e Perspectivas uma outra intervenção, de 1984, no seminário Agrotóxicos, Poluição e Saúde, de iniciativa da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados. A leitura conjugada de ambas

torna ainda mais evidente a seriedade e profundidade com que o home-nageado abordava os temas cuja avaliação lhe era solicitada.

Cabe registrar ainda que a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados realizou, em 2010, por iniciativa da então deputada Lídice da Mata, sob a presidência do deputado Paulo Rubem Santiago, um seminário sobre a vida e a obra de Milton Santos. Posteriormente, a própria comissão, sob a presidência da deputada Fátima Bezerra, organizou a publicação, pela Edições Câmara, das notas taquigráficas daquele evento<sup>5</sup>. O registro é importante por se tratar de mais uma manifestação de respeito da Câmara pelo trabalho e pelo legado de Milton Santos.

Com essas informações, pode-se dar por encerrada a recapitulação da história da publicação e passar a observar a produção teórica de Milton Santos em si mesma. Afinal, é sua imensa relevância que justifica a presente iniciativa editorial. O que se lerá a seguir não é mais, contudo, do que uma entre muitas abordagens possíveis de uma obra vasta, rigorosa e instigante. O leitor pode aproximar-se dela por muitos caminhos, sendo o mais produtivo deles, certamente, a leitura direta do autor, eventualmente usando como roteiro as referências bibliográficas apresentadas neste ensaio introdutório.

\*

A obra de Milton Santos fornece boas ilustrações de como o acréscimo da perspectiva brasileira – e, de forma mais ampla, da perspectiva externa aos países do centro capitalista – contribui para a renovação de campos temáticos preexistentes e para o aprofundamento de pesquisas e de construções teóricas de grande envergadura. Ora, mostrar que isso acontece – e como acontece – é uma das motivações desta publicação. A questão será tratada brevemente a partir de um exemplo retirado do livro *O espaço dividido*.

---

5 Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/8207fbf0-e953-420a-b23b-dc0dc578f73a>. Acesso em: 30 mar. 2026.

Já na introdução ao livro, intitulada, não por acaso, “Em busca de um novo paradigma”, constata-se que, também no que toca à urbanização, falharam as tentativas de compreender os “fenômenos próprios dos países subdesenvolvidos” com base em “fatos já conhecidos, estudados, analisados e medidos nos países industriais”. Os países subdesenvolvidos ocupam um lugar próprio na história moderna. Eles não se encontram, frente aos países desenvolvidos, simplesmente em uma fase anterior de desenvolvimento. Compreendê-los implica a coleta de dados referentes à sua realidade específica e a realização de trabalho teórico a partir de sua história particular.

A tese dos “dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”, que o livro *O espaço dividido* expõe e explora extensamente, constitui um excelente exemplo do que se quer destacar aqui. Ela desvenda um fenômeno histórico, inexistente na própria periferia antes do período atual (Santos, 2004, p. 78), a que não se tem acesso senão pelo estudo dos lugares em que o fenômeno se manifestou, mas cujo desvendamento leva ao conhecimento aperfeiçoado do centro. Afinal, uma árvore se conhece também, ou principalmente, por seus frutos e os “espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem e reorganizarem em função de interesses distantes” (Santos, 2004, p. 20).

A escolha desse caminho não é, contudo, sem custos. Na verdade, ele exige ousadia teórica. Resistir a padrões de pensamento oriundos do centro e propor novas perspectivas envolve a coragem inerente à “atividade intelectual genuína”, para usar uma fórmula retirada de outro livro de Milton Santos (2000, p. 14).

A decisão de aprofundar a análise do território a partir de dados e de elaboração teórica centrada na periferia, ou seja, no próprio espaço estudado, atravessa toda a obra de Milton Santos, dotando-a de capacidade para renovar perspectivas e aprofundar o conhecimento da realidade. A essa escolha somam-se outras que, tendo marcado seu pensamento desde o início, contribuíram para a potência e a envergadura de suas investigações ao longo de uma vida intelectual extremamente fecunda. Cabe uma rápida referência a algumas delas.

Em primeiro lugar, as pesquisas e elaborações teóricas de Milton Santos se voltaram com muita ênfase para a compreensão do ambiente urbano. Ainda no início de suas investigações como geógrafo, enquanto estudava a região cacauzeira da Bahia, um espaço marcadamente rural, o autor apresentou – no XVIII Congresso Internacional de Geografia, promovido pela União Geográfica Internacional (UGI), em 1956, no Rio de Janeiro – a comunicação intitulada “Problemas de geografia urbana na zona cacauzeira bahiana”. Pouco depois, em 1957, incorporou à segunda edição do livro *Zona do Cacau* o capítulo “Problemas de geografia urbana” (Grimm, 2011). Em 1959, publicou *O centro da cidade do Salvador*, com base em tese de doutorado defendida no ano anterior em Estrasburgo, que fora precedida pelo artigo “O papel metropolitano na cidade do Salvador”, de 1956.

Daí em diante, há uma sucessão de livros tendo a cidade por personagem de destaque, como os próprios títulos indicam: *A cidade nos países subdesenvolvidos* (1965), *Pobreza urbana* (1978), *Manual de geografia urbana* (1981), *Ensaio sobre a urbanização latino-americana* (1982), *A urbanização brasileira* (1993), *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo* (1990), *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo* (1994) e tantos outros. Ora, essa atenção concentrada nas cidades coincidiu com o período de acelerada expansão da população urbana frente à população rural. A questão urbana – de relevante que sempre foi – se tornou crucial para a compreensão do território utilizado pelos seres humanos, núcleo da reflexão de Milton Santos.

Um segundo elemento a considerar é a periodização da história moderna adotada desde cedo pelo autor. Para os fins imediatos deste ensaio, basta a referência aos três períodos da versão mais “compacta” dessa periodização, apresentados, por exemplo, no livro *O espaço dividido*:

[...] um [período] que começa no fim do século XV e início do século XVI e que vai até a revolução industrial; o segundo, que se situa entre meados do século XVIII e meados do século XX (mas cujos efeitos se fazem sentir principalmente depois de 1870); e o período atual, que se inicia depois da Segunda Guerra Mundial. Esses períodos são marcados por três grandes revoluções: a

grande revolução dos transportes marítimos; a revolução industrial (antes de 1870) e a de seus suportes (depois de 1870); e a revolução tecnológica. (Santos, 2004, p. 33)<sup>6</sup>

Importa destacar o último período. Sua demarcação precoce produziu um enquadramento seguro para a investigação do que veio a acontecer no mundo – e em territórios específicos – ao longo das décadas em que Milton Santos viveu e refletiu. Um dos núcleos de sua reflexão encontra-se na pesquisa dos desdobramentos e das novidades, no centro e na periferia, que aparecem no período que se formou a partir do fim da segunda grande guerra, com a sucessão de revoluções tecnológicas, ou de fases da revolução tecnológica, que o caracteriza. A compreensão, desde muito cedo, do que nuclearmente singulariza esse período foi um fator relevante para a precisão e abrangência do arcabouço teórico construído pelo autor.

Os fatores indicados até aqui – deslocamento de perspectiva do centro para a periferia; atenção especial para a realidade urbana; compreensão da unidade, dentro da diversidade, que caracteriza o período da história em curso – ajudam a explicar a envergadura da obra de Milton Santos. Nenhum desses, contudo, nem outros fatores que certamente se lhes poderiam somar, explica a potência da obra sem que se lhes agregue um elemento crucial: o imenso esforço de elaboração teórica coerente e consistente e a solidez metodológica que caracterizaram o trabalho de Milton Santos. Poder-se-ia chamar a atenção para inúmeros aspectos desse esforço teórico e metodológico, como o rigor na coleta de material empírico e o cuidado na construção de conceitos e categorias. Apenas um aspecto, contudo, será destacado a seguir.

A preocupação de Milton Santos com o rigor metodológico – que aparece, por exemplo, nas voltas ao redor do tema presentes no livro *Espaço e método* (1985) – se manifesta com clareza especial na obstinação de encontrar o justo equilíbrio entre a parte e o todo, entre a

---

6 Na mesma página do livro citado, encontra-se uma versão menos condensada da periodização proposta por Milton Santos, que também pode ser encontrada, com mais detalhe, no capítulo 2 (“Dimensão temporal e sistemas espaciais no terceiro mundo”) do livro *Espaço e método* (1985).

análise e a síntese. A divisão analítica das matérias e questões estudadas é inevitável e produtiva. No entanto, ela não se esgota em si mesma, mas supõe a articulação totalizante das partes. A questão é formulada e reformulada – no livro há pouco referido, assim como em outros – tanto indo da parte para o todo quanto do todo para a parte.

O estudo das interações entre os diversos elementos do espaço é um dado fundamental da análise. Na medida em que *função* é *ação*, a interação supõe interdependência funcional entre os elementos. Através do estudo das interações, recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo. Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social. (Santos, 1985, p. 7)

O conceito de totalidade é uma construção válida no exame da complexidade de fatores a serem examinados na análise do contexto espacial. Como a totalidade é um conceito abrangente, importa fragmentá-lo em suas partes constituintes. (Santos, 1985, p. 51)

A história é uma totalidade em movimento, um processo dinâmico cujas partes colidem continuamente para produzir cada novo momento. (Santos, 1985, p. 53)

Talvez não seja redundante acrescentar que a totalidade a que o método remete não é atemporal. É justamente por isso que a periodização, como já se insinuou, entra necessariamente na dialética entre o todo e a parte proposta por Milton Santos.

\*

Na época em que Milton Santos discorria, na Câmara dos Deputados, a respeito dos desafios e perspectivas impostos ao Parlamento pelo então emergente século XXI, dois livros de sua autoria, de grande relevância, eram lançados, fornecendo uma espécie de chave de ouro para sua con-

tribuição ao pensamento brasileiro e mundial<sup>7</sup>. Em ambos, a atenção se concentrava no atual período técnico-científico-informacional da história.

Um dos livros, intitulado *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, escrito em coautoria com Maria Laura Silveira, constitui uma vasta reflexão sobre seu (e nosso) país<sup>8</sup>. O outro, intitulado *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, merece ser tratado como o *manifesto* do autor: uma exposição sintética, concentrada, do que se lhe apresentava como a realidade atual do mundo, somada à indicação de possibilidades concretas e de caminhos alternativos para que ela se transforme no que potencialmente tem de melhor.

Como os títulos indicam, os dois livros cobrem, em conjunto, um extenso território intelectual, incidindo sobre questões localizadas e sobre questões universais. Resumidamente, pode-se dizer que o Brasil e o mundo são seus objetos, desde que se esclareça que ambos estão presentes nos dois livros, e cada um, no outro: o Brasil, no mundo (na globalização); o mundo (a globalização), no Brasil. As questões abordadas nas duas obras surgem como desdobramentos naturais do pensamento do autor, em uma evolução orgânica, embora recorrentemente inovadora. Observa-se, ademais, a velha preocupação metodológica de conduzir o esforço analítico de tal modo que a segmentação do objeto

---

7 A rigor, o livro *A natureza do espaço* deveria ser acrescentado aos outros dois como um componente a mais da referida chave de ouro. Trata-se possivelmente da exposição mais sofisticada de parte significativa do pensamento do autor. Praticamente todos os temas tratados até aqui foram ali reapresentados de modo ainda mais bem desenvolvido e acabado. Não foi usado como referência por se supor que a indicação de livros sucessivamente publicados sugeriria com mais plasticidade a evolução temporal da obra de Milton Santos. Cabe, ainda assim, indicar a leitura da primorosa síntese contida em seu curto capítulo 15 (“Ordem universal, ordem local: resumo e conclusão”).

8 Não deixa de ser curioso – e, possivelmente, significativo – que autores de obras teóricas de grande relevo tenham, com alguma frequência, em plena maturidade intelectual, eventualmente no fim da vida, escrito livros ambiciosos sobre seus próprios países. Três exemplos, além do próprio Milton Santos, que vêm de imediato à mente: Fernand Braudel, *A identidade da França*; Norbert Elias, *Os alemães*; Darcy Ribeiro, *O povo brasileiro*.

de estudo não aconteça em detrimento da possibilidade de integrar as partes em um todo dinâmico.

O livro *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* já começa trazendo à tona – ao contrapor teoria a empiria nas “teses doutorais” – a preocupação teórica e metodológica que atravessa toda a obra de Milton Santos.

[...] a teoria [nessas teses] nem sempre o é, pois amiúde aparece como um discurso em que afirmações verazes, sem chegar a constituir um sistema de conceitos, são, para o objetivo do trabalho, apenas meias-verdades. Falta frequentemente um esquema aplicável de forma efetiva ao que vai ser tratado como empírico. Assim, o que é obtido como empírico corre o risco de se revelar apenas uma listagem de fatos, ignorando que o que existe é sempre unitário. Na verdade, o que dá unidade às partes é a visão de conjunto que precede e acompanha o exercício da análise. (Santos; Silveira, 2001, p. 12)

A partir daí, o livro se revela um rigoroso exercício do método de investigação que o autor propõe. Na primeira parte, há um detalhado esforço de análise do território brasileiro, enquanto na segunda parte aparece o esforço de síntese. É indiscutível a beleza com que os capítulos da primeira parte, ao se sucederem, vão agregando camadas de conhecimento a respeito do que compõe, no Brasil, o território utilizado (e não um suposto território em si, como o autor não se cansa de acentuar), sempre de modo articulado, como que preparando a síntese dinâmica que virá na segunda parte e que a análise pressupõe.

A potência explicativa do livro não se revela, contudo, apenas no rigor metodológico e teórico. A multiplicidade de áreas da realidade abrangida pela investigação impressiona por si mesma. Os usos do território em um meio/período técnico-científico-informacional são circunstanciadamente avaliados até que se forme uma visão de conjunto, bem-informada, que permita a síntese, talvez situada, sobretudo, no capítulo 12, que incide sobre as “diferenciações do território”, e em que são examinadas

[...] algumas situações características, como as zonas de densidade e de rarefação, a fluidez e a viscosidade do território, os espaços da rapidez e da lentidão, os espaços luminosos e os espaços opacos, antes de propormos a discussão dos espaços que mandam e daqueles que obedecem e de analisar as novas lógicas centro-periferia. (Santos; Silveira, 2001, p. 259)

Trata-se, como facilmente se vê, de um todo não homogêneo, de uma síntese que não elimina contradições e disparidades, mas revela um território diferenciado, fragmentado e hierarquizado.

O livro *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* ilustra, por fim, ainda outra característica do trabalho de Milton Santos, qual seja, a preocupação de mobilizar investigadores em esforços de pesquisa coordenados e de institucionalizar essas mobilizações. No caso presente, a preocupação se manifesta, de forma especialmente clara, nos oito estudos de caso com que distintos pesquisadores se somam ao ambicioso trabalho de Maria Laura Silveira e Milton Santos, completando a exposição com contribuições temáticas específicas. Mas, na verdade, ela está presente, em uma leitura atenta, tanto nas indicações de parcerias expostas na introdução quanto ao longo de todo o livro.

O manifesto *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, por sua vez, começa com a análise – primeiro, sóbria, depois, sombria – do processo de globalização em curso, com base em seus elementos objetivos, seja no plano da técnica, seja no da política. Destaca-se, no primeiro plano, o “sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária” (Santos, 2000, p. 23), em um desdobramento do período tecnológico que começara a desenhar-se após a Segunda Guerra Mundial<sup>9</sup>. Já no segundo plano, são destacadas as “ações que asseguram a emergência de um mercado dito

---

9 Essa era tecnocientífica já foi identificada no livro *O espaço dividido*. Como em praticamente todas as questões levantadas até aqui, merece atenção o tratamento que o tema recebe no livro *A natureza do espaço* (especialmente a partir da p. 238), em que o autor se debruça sobre as características do meio técnico-científico-informacional.

global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes” (Santos, 2000, p. 24).

Trata-se de uma globalização perversa, em que predominam a tirania do dinheiro e a tirania da informação. Sua síntese encontra-se, possivelmente, na imposição da competitividade como regra de interação social, “uma espécie de guerra em que tudo vale”, uma “prática [que] provoca um afrouxamento dos valores morais e um convite ao exercício da violência” (Santos, 2000, p. 57). A competitividade destroça as antigas solidariedades, impondo “uma solidariedade vertical, cujo epicentro é a empresa hegemônica, localmente obediente a interesses globais mais poderosos e, desse modo, indiferente ao entorno” (Santos, 2000, p. 85). Nessas condições, “não há regulação possível ou esta apenas consagra alguns atores e estes, enquanto produzem uma ordem em causa própria, criam, paralelamente, desordem para tudo o mais” (Santos, 2000, p. 86).

Ora, apesar da desordem generalizada, prevalece a ideia da irreversibilidade da globalização nos moldes vigentes, pois repetidamente “constatamos a inter-relação atual entre cada país e o que chamamos de ‘mundo’, assim como a interdependência, hoje indiscutível, entre a história geral e as histórias particulares” (Santos, 2000, p. 149). No entanto, o “mundo de hoje também autoriza uma outra percepção da história por meio da contemplação da universalidade empírica constituída com a emergência das novas técnicas planetarizadas e as possibilidades abertas a seu uso” (Santos, 2000, p. 168). O que resultará dessa “universalidade empírica” não é um dado, é um campo de possibilidades e um campo de disputa. De onde viria, então, a inspiração e o estímulo para a “outra globalização”?

A resposta do manifesto de Milton Santos é inequívoca. O vetor decisivo virá “de baixo”, da periferia, do popular, da “própria vida concreta da maioria das populações” (Santos, 2000, p. 132).

[...] os brotes individuais de insatisfação podem não formar uma corrente. Mas os movimentos de massa nem sempre resultam de discursos claros e bem articulados, nem sempre se dão por

meio de organizações consequentes e estruturadas. O entendimento sistemático das situações e a correspondente sistematicidade das manifestações de inconformidade constituem, via de regra, um processo lento. Mas isso não impede que, no âmago da sociedade, já se estejam, aqui e ali, levantando vulcões, mesmo que ainda pareçam silenciosos e dormentes. (Santos, 2000, p. 133)

O manifesto de Milton Santos revela-se, em suma, uma aposta teoricamente embasada, e bem embasada, no que de transformador pode vir da “centralidade da periferia” (Santos, 2000, p. 149), de que sua obra é, em vários sentidos, manifestação exemplar, como desde o começo desta exposição se procurou sugerir.

## Referências

BRAUDEL, Fernand. **A identidade da França**. São Paulo: Globo, 1986. v. 1.

ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GRIMM, Flavia Christina Andrade. **Trajectoria epistemológica de Milton Santos: uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EdUSP (dar busca e alterar em todos), 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador**. São Paulo: Edusp; Salvador: EdUFBA, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

# Seminário Parlamento Brasileiro: História e Perspectivas

7 de abril de 2000

Milton Santos compartilhou a mesa dedicada ao tema “Que Parlamento para o século XXI? Desafios e perspectivas frente à mundialização” com Emir Sader, Antônio Paulo de Medeiros e Cícero Sandroni. Optou-se pela publicação do conteúdo completo do debate para não se perder a riqueza da interação entre os debatedores e deles com o público. Respeitou-se, ademais, a natureza oral das exposições, com sua dinâmica própria e suas eventuais descontinuidades e lapsos, que, aliás, foram poucas.

**O SR. APRESENTADOR** – Senhoras e senhores, bom dia. Estamos dando continuidade, na manhã de hoje, aos trabalhos do seminário Parlamento Brasileiro: História e Perspectivas, com o tema “Que Parlamento para o século XXI? Desafios e perspectivas frente à mundialização”.

Para compor a mesa, gostaríamos de convidar a sra. Débora Bithiah, consultora legislativa da Câmara dos Deputados, que será a moderadora dos trabalhos desta mesa. (*Palmas.*)

Convidamos os expositores: prof. Emir Sader; prof. Milton Santos; prof. Antônio Paulo de Medeiros; jornalista Cícero Sandroni. (*Palmas.*)

Tem a palavra a sra. Débora Bithiah.

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Bom dia. Agradeço a todos a presença nesta reunião. Gostaria de apresentar rapidamente os expositores.

O prof. Emir Sader é mestre e doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo, e atualmente é professor de Políticas Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde dirige o laboratório de

políticas públicas. Publicou, entre outros, os livros *Estado e política em Marx*; *A transição no Brasil: da ditadura à democracia*, e *Que Brasil é este?*.

O prof. Milton Santos é bacharel em direito pela Universidade Federal da Bahia e doutor em geografia pela Université de Strasbourg, França. É professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo. É doutor *honoris causa* em inúmeras universidades brasileiras e estrangeiras, dentre elas a Universidade de Brasília; a Universitat de Barcelona; a Universidad Nacional de Cuyo, Argentina; e a Universidad Complutense de Madrid. Além disso, foi membro da Comissão Especial da Assembleia Constituinte do Estado da Bahia, encarregada de redigir um anteprojeto de Constituição estadual.

O prof. Antônio Paulo de Medeiros é bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e doutor em direito pela Universidade de São Paulo (USP). É consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores e professor-doutor da Universidade Católica de Brasília. É membro do Instituto dos Advogados Brasileiros e da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. É autor dos livros *O Poder Legislativo e Os tratados internacionais*, dentre outros.

O prof. Cícero Sandroni é jornalista e escritor, diretor-secretário da Associação Brasileira de Imprensa, diretor adjunto de redação do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro e diretor do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade. É autor da biografia de Austregésilo de Athayde, do livro de contos *O diabo só chega ao meio-dia* e do livro de crônicas *Cosme Velho*.

Passo a palavra aos expositores.

Inicialmente, falará o dr. Antônio Paulo de Medeiros.

**O SR. ANTÔNIO PAULO DE MEDEIROS** – Senhora moderadora, ilustres integrantes da mesa, senhoras e senhores, quero agradecer, em

primeiro lugar, a honra que me foi conferida em ser incluído entre os expositores deste seminário, organizado pela Câmara dos Deputados em comemoração aos 500 Anos do Descobrimento do Brasil, e que tem por tema central o Parlamento que esperamos, que queremos, que almejamos para o século XXI.

Cabe-me discorrer sobre o papel do Poder Legislativo na formulação da política externa em função do processo de aceleração acentuada das relações internacionais contemporâneas e da chamada mundialização.

Compete privativamente ao presidente da República — diz a Constituição brasileira de 1988 — manter relações com Estados estrangeiros. São principalmente as circunstâncias inerentes à polícia internacional que direcionam as constituições a conferirem ao Executivo o poder de dirigir as relações exteriores. No plano interno, as constituições procuram impor limites à ação do Executivo, de forma a preservar o equilíbrio entre os Poderes do Estado.

Uma maior concentração de prerrogativas nas mãos do Executivo desperta suspeitas e temores, levando frequentemente à divisão territorial do Poder, mediante descentralizações administrativas e aplicação do federalismo e divisão funcional do Poder, através do sistema de freios e contrapesos entre Legislativo, Executivo e Judiciário.

No plano externo, ao contrário, as constituições admitem uma concentração de prerrogativas em torno do Executivo, pois só esse Poder reúne os requisitos necessários para imprimir dinâmica contínua à política externa, garantindo a segurança do Estado e preservando a sua existência.

O Executivo dos países que adotam regimes democráticos e representativos dispõe de uma autoridade no domínio das relações exteriores que não lhe é concedida nos outros setores da atividade estatal. A predominância do ramo executivo do governo decorre da natureza do sistema internacional contemporâneo que ainda se conserva em uma fase de autotutela, na qual cada Estado precisa proteger a si mesmo; e conta para isso basicamente com suas próprias forças.

A convivência na sociedade internacional requer uma fonte única de autoridade. Só o Executivo pode defender eficientemente os interesses nacionais no âmbito das relações exteriores. A estrutura, ou se quisermos, a ausência de estrutura da sociedade internacional, por não dispor de órgãos institucionalizados capazes de impor as suas decisões aos Estados, configura uma ordem potencialmente belicosa e é a principal razão que conduz as constituições dos países democráticos a confiarem a direção das relações exteriores ao Executivo.

Quer se trate de relações diplomáticas, quer se trate de ações militares, ao Executivo compete sempre a iniciativa e a impulsão. Cabe a ele orientar, dar a primeira e a última palavra. Só assim ao Estado pode ser necessário agir rapidamente em segredo, com continuidade de propósitos ou, quando for o caso, com flexibilidade. Em suma, seja qual for a sua configuração, é o Executivo quem impulsiona as relações internacionais.

A heterogeneidade e a instabilidade da composição das câmaras legislativas, integradas por grande número de parlamentares, os períodos de recesso a que essas câmaras estão submetidas, o caráter público dos debates, muitas vezes a lentidão do processo decisório, entre outros aspectos, representam obstáculos para que o Legislativo possa ter uma participação ativa na direção da política externa.

As tribunas parlamentares não se têm revelado instrumento apropriado para examinar em profundidade os temas das relações internacionais ou para conciliar interesses e visões conflitantes. É muito difícil também, quase impossível, atribuir ao Legislativo competência para tomar parte na negociação de tratados internacionais.

O Executivo não apenas dispõe dos meios indispensáveis para perceber quais são as cláusulas úteis ao interesse nacional, melhor informado que é das necessidades gerais do país e mais habilitado a assegurar a boa redação dos textos convencionais, como também apenas ele pode divisar, através das informações que recebe dos agentes diplomáticos, o

que pode exigir das demais partes contratantes e obter dessas as maiores concessões possíveis.

A constatação que acabo de fazer — de que o Executivo deve ser o centro de impulsão da política externa e reunir sob sua competência os poderes de guerra, a negociação dos tratados e as relações diplomáticas — vem do tempo dos regimes monárquicos, do século XVIII, e continua sendo verdadeira para as democracias da época contemporânea.

Entretanto, reconhecer que o Executivo deve ter sob as suas mãos, sob o seu controle a impulsão da política externa não significa, de forma alguma, que não seja importante a participação do Parlamento. O Parlamento tem uma função de controle extremamente importante na condução da política internacional. Não há motivo que justifique os órgãos representativos de um povo terem truncadas as suas possibilidades de participação quando a atividade política e sua instrumentação jurídica ultrapassarem as fronteiras do Estado.

O envolvimento das câmaras legislativas em questões de política externa não deve prejudicar a ação do Executivo em uma área, como salientei, para a qual esse Poder tem melhor aptidão. Tampouco se pode exigir do Parlamento um conformismo incondicional com fatos consumados.

Fortes são as razões que advogam pela importância e necessidade da participação do Legislativo nos assuntos atinentes à política externa. Na qualidade de representação nacional, o Parlamento tem o direito de velar para que os interesses do país não sejam afetados por erros ou por má-fé, no Executivo, na direção das relações exteriores. Qualquer falta cometida pode gerar graves consequências para a nação. Portanto, é muito perigoso conceder ao Executivo absoluta liberdade para agir no domínio das relações internacionais.

Os atos de política externa engajam a nação como um todo. O regime da soberania nacional, nascido da democratização dos sistemas políticos, inaugurado pelas revoluções francesa e norte-americana, impõe que a nação não seja comprometida por vontade outra que a sua própria.

Por isso, em oposição ao método secular que reduzia a política externa à condição de problema pessoal dos governantes, surgiu a noção moderna de que a nação não se pode vincular a outra senão em virtude de sua vontade, expressa quer diretamente — hipótese teórica de aplicação muito difícil —, quer através da representação nacional, isto é, por intermédio do Parlamento, eleito pelo povo.

Permitir que o Executivo possa assumir compromissos externos sem a intervenção do Legislativo é renunciar à soberania nacional e ao direito da nação de controlar o seu próprio destino. O Parlamento deve estar sempre atento para defender as suas prerrogativas contra usurpações do Executivo no âmbito da ação exterior do Estado. Se o Executivo receber excessiva liberdade para dirigir as relações exteriores, ficará comprometida em sua integralidade a competência legislativa e financeira do Parlamento.

Frequentemente, os tratados internacionais acarretam mudanças nos preceitos legais vigentes. Como guardião do Tesouro Nacional, o Parlamento tem o dever de impedir o Executivo de assumir encargos financeiros prejudiciais ao país.

Não se pode negar ao Parlamento o direito de participar da política externa sem abalar o pleno exercício de suas faculdades legislativas e financeiras.

O direito das câmaras de intervir na formação da vontade do Estado justifica-se até pela sua função de órgão supremo, tanto para legislar como para controlar as finanças nacionais.

Nunca é demais recordar que a Constituição brasileira de 1988 contém o seguinte dispositivo no art. 49, inciso XI, da competência do Congresso Nacional:

Art. 49. [...]

XI – zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes.

Portanto, há um entendimento generalizado de que só o Executivo pode exercer adequadamente a função de dirigir a política externa.

Entretanto, as razões que recomendam a concessão dessa responsabilidade ao Executivo — continuidade, segredo, rapidez, etc. — não impedem, absolutamente, que o Legislativo exerça um papel de caráter passivo, mas igualmente importante, nas relações exteriores.

Existiriam inconvenientes dificuldades se o Legislativo tomasse parte diretamente na negociação de tratados ou em outras ações diplomáticas, mas é impossível negar o direito do Parlamento de apor seu veto quando estimar que um ato é nocivo ao interesse nacional.

Os rumos da política externa e os métodos da ação diplomática devem ser confiados ao Executivo, sim, mas o Parlamento precisa exercer controle sobre a atividade governamental desempenhando não um papel ativo e positivo, mas um papel passivo e negativo, ou seja, um papel de controle, um papel de fiscalização e um papel de rejeição de veto quando julgar que uma ação em curso não atende aos interesses nacionais.

Gostaria de salientar que os atos do governo, em geral, estão sujeitos à fiscalização do Legislativo e não há razão para excluir do controle do Parlamento os atos referentes às relações exteriores. A Constituição também estabelece ser da competência do Congresso Nacional fiscalizar e controlar diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Assim, se o Executivo preside a política, tanto interna quanto externa, ao Legislativo compete controlar as ações governamentais, concedendo-lhes a sua aprovação, o seu estímulo ou, quando for o caso, a sua censura. Mas há que se admitir que nesse terreno da política externa é muito difícil disciplinar, regulamentar adequadamente as relações entre o Executivo e o Legislativo.

É imperioso que se conceda ao Poder Executivo a necessária liberdade para agir na política internacional, mas não se pode jamais deixar de confiar ao Poder Legislativo essa função muito importante de controle e de fiscalização no tocante à política internacional.

Estão em estudo vários métodos modernos de estabelecer esse controle do Legislativo. Algumas constituições modernas têm criado,

dentro do Poder Legislativo, departamentos, câmaras especializadas, com as quais o Executivo mantém contato contínuo e intenso sobre consultas em matéria de política internacional. Portanto, antes de o país dar um passo importante na política internacional, estabelece-se uma consulta ao Poder Legislativo.

Nosso Congresso reivindica frequentemente maior participação no controle da política internacional. Essa reivindicação é justa. É um desafio estabelecer esse tipo de relacionamento, de vínculo entre o Executivo e o Legislativo na condução da política internacional. É um desafio que se apresenta em face da aceleração extraordinária das relações internacionais e do processo de globalização que está em curso no cenário mundial, precisando, portanto, da atenção dos juristas, dos políticos e de todos aqueles que se dedicam aos estudos do Parlamento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Passo a palavra ao prof. Emir Sader.

**O SR. EMIR SADER** – Muito obrigado pelo convite.

Gostaria de pedir desculpas previamente, porque certamente emitirei juízos muito negativos em relação ao Parlamento brasileiro. Prefiro colocar em segundo lugar a polidez em relação às responsabilidades como cidadão, e responsabilidades políticas como intelectual.

Não vou falar do aspecto da globalização. Outros componentes da mesa, em particular o prof. Milton Santos, falarão com mais propriedade. Vou me ater mais à questão: que Parlamento para o século XXI?

Acho que há uma questão prévia a essa: saber que Brasil queremos, para saber de que Parlamento precisamos. Se quisermos o Brasil que aí está, não é preciso mudar. Este Parlamento corresponde à sociedade que temos, não a sociedade real, mas as estruturas hierárquicas de poder que comandam nossa sociedade. São elas que elegem e reelegem este Congresso, financiam as campanhas eleitorais, recebem como retorno legislações que as favorecem. Então, é preciso discutir

de que Brasil precisamos e que Brasil queremos, para saber de que Parlamento necessitamos.

Eu diria que existe hoje, com a contribuição do Parlamento, mas comandado pelo Executivo, acelerado processo de corrosão, de desmoralização não apenas do Parlamento, mas da vida política e da democracia em geral, o que é extremamente grave. O Parlamento hoje é quase alguma coisa que pende de si mesmo, que está vazio no ar.

Durante este governo, nos seis últimos anos, o Parlamento contribuiu decisivamente para acelerar a privatização do Estado brasileiro, o que não entendo. O Parlamento tem sentido exatamente quando fortalece a esfera pública e os interesses da sociedade como um todo.

Eu diria que este Congresso acompanhou de maneira servil os projetos do Executivo de hegemonia do capital financeiro na nossa sociedade e em particular, de desarticulação do pouco que havia de regulação social e econômica no Brasil. De alguma maneira, este Congresso está desenvolvendo um gesto de suicídio, de haraquiri, porque estarão apenas esvaziando as suas prerrogativas e, sobretudo, desmoralizando a política.

Nós nos perguntamos como se sentem os parlamentares ao saber que a maioria esmagadora dos brasileiros não se lembra em quem votou para deputado. (*Palmas.*) Nós nos perguntamos o que pode acontecer com partidos fundamentais na base do governo, que só expulsam seus parlamentares quando se caracteriza flagrante delito, isto é, não são expulsos como corruptos, mas como imperitos. Por falta de perícia na manipulação dos bens públicos, acabam sendo expulsos. (*Palmas.*)

Não pretendo trazer ao Congresso a opinião que a sociedade tem sobre ele, porque não tenho nenhuma representatividade para isso, mas diria que este Congresso não é solidário com o Brasil real. Para não ir muito longe, no momento em que o presidente da República disse que há milhões de “inimpreáveis” no Brasil, esse tema não se tornou a urgência primeira do país. E, que eu saiba, o Congresso Nacional não

só não trabalhou na direção de superar esse problema, mas também, ao contrário, ajudou a desregular as relações de trabalho no Brasil.

Um Congresso que viaja frequentemente ao exterior provavelmente foi à Espanha conhecer o grande laboratório de flexibilização laboral. O sr. Felipe González, da PSOE, é parente dos tucanos no Brasil. O que aconteceu? Produziu na Espanha o índice recorde mundial de 25% de desempregados.

Qual é a solidariedade? Qual é a preocupação prioritária deste Congresso com o desemprego, ou o trabalho precário, ou o trabalho informal? Tem-se realmente a impressão, para quem não está acompanhando internamente, que se trata de um Congresso absolutamente insensível à situação real da massa do povo brasileiro. Se o trabalhador tem trabalho, está preocupado porque o salário é ruim e porque pode perdê-lo. Mas a maioria dos trabalhadores brasileiros não tem carteira de trabalho assinada, não tem cidadania real, está excluída de direitos fundamentais.

Onde está a atuação do Congresso brasileiro em relação a um tema como esse? Olhando de fora, diria que ele está absolutamente ausente. É um Congresso absolutamente insensível a essas questões, provavelmente porque quem é fator fundamental na eleição e na reeleição dos deputados não são aqueles que estão em trabalho carente, em trabalho precário, em risco de perder o emprego, ou que recebem o glorioso salário mínimo.

Nesta semana, soubemos que até mesmo o ministro da Economia, sua mulher e seus filhos consideram os salários ruins. Isso no mesmo dia em que esse mesmo ministro pagava ao Fundo Monetário Internacional 10 bilhões de dólares arrecadados dos impostos dos trabalhadores brasileiros, de maneira adiantada e voluntária, num gesto de boa vontade do Brasil com o Fundo Monetário Internacional.

Isso não é fator de escândalo neste Congresso. Infelizmente, não é fator de escândalo na nossa sociedade. Nossa elite política está contribuindo, de maneira suicida, para desmoralizar a política, para que

a massa da cidadania tenha a consciência de que o seu destino não está em suas mãos, de que existiriam leis inelutáveis numa chamada globalização, interpretação que tenha legitimidade intelectual do presidente da República para demonstrar que o Brasil nada pode fazer diante desse processo de financeirização da economia, de alienação da capacidade de uma sociedade periférica e capitalista como a nossa de decidir sobre os seus destinos. Então, para quê?

Só nos resta realmente, por um lado, a literatura de autoajuda; por outro, a literatura esotérica e, eventualmente, a violação da segurança pública, que são as formas informais de sobrevivência de significativa massa da população.

A primeira coisa de que este Parlamento deveria tomar consciência é da sociedade sobre a qual está assentado, mais além das estruturas de poder que o elegem e reelegem. Essa sensibilidade realmente não existe. O próprio fato de significativa porção de parlamentares estar sob acusações graves de corrupção, de envolvimento com o narcotráfico e coisas dessa ordem demonstra que é uma elite política sobre a qual não há nenhum controle da sociedade. É um meio de política que não tem nenhuma transparência em relação à sua atuação, ao espírito público que deveria nortear os seus princípios.

Repito: o fato de ter sido um coro passivo, conivente e alegre com as iniciativas do Executivo brasileiro nos últimos seis anos não fala bem do Parlamento brasileiro. Não se trata de criticar o Parlamento e, com isso, enfraquecer a democracia. Ao contrário, quem hoje quiser resgatar a democracia, dizer para a massa da população, para os nossos jovens o que é democracia tem de fazer dura crítica ao que têm sido os governos brasileiros e os Parlamentos brasileiros.

Se isso é uma democracia, esses jovens não têm nenhuma razão para defendê-la no momento em que ela for efetivamente colocada em risco. O mais grave é que o Brasil ainda não tem uma democracia. Aí, acho que podemos começar a abordar o tema “De que Parlamento precisamos”.

A elite política brasileira está desmoralizando a democracia. Ela se interessa por isso, porque quanto maior desinteresse pela política, maior facilidade de perpetuação das mesmas elites no Poder. E o que é pior — por trás disso, a perpetuação daquele triste recorde brasileiro: o país mais injusto do mundo.

Tendo-me formado em Filosofia na USP, onde também dei aulas de Sociologia, pergunto-me como se sente Fernando Henrique Cardoso seis anos depois de ter assumido a Presidência da República e, felizmente, prestes a terminar o mandato, tomando consciência de que o Brasil continua a ser o país mais injusto do mundo. Acho que ele e as elites brasileiras não têm consciência do que isso significa.

Certamente há muitas transformações a fazer nas formas de representação, porque este Parlamento não é representativo da sociedade brasileira. Pergunta-se: quantos latifundiários, quantos trabalhadores sem terra, quantos proprietários ou pessoas ligadas aos planos de saúde privados, quantos *lobbies* das elites do poder e do dinheiro, quantos *lobbies* ligados aos proprietários dos grandes meios de comunicação estão neste Congresso? Na verdade, repito, trata-se de um Congresso que representa a estrutura hierarquizada, fortemente concentrada na nossa sociedade, que produz a sociedade mais injusta do mundo.

São necessárias transformações radicais na sociedade brasileira — radicais no sentido de ir pela raiz —, sem o que nunca teremos um Parlamento representativo, com legitimidade e prestígio, o que significa, antes de tudo, ter uma sociedade em que se respeite o direito ao trabalho, em que todo mundo tenha direito ao trabalho e viva do seu trabalho. Do ponto de vista material, econômico, é sinônimo de sociedade justa aquela em que todo mundo tenha acesso ao trabalho e viva do seu próprio trabalho, sem explorar o trabalho alheio.

Um Congresso democrático tem de lutar antes de tudo por esse objetivo, para que o direito ao trabalho seja mais importante do que o direito à propriedade. Infelizmente, nossas constituições liberais consagram antes de tudo o direito à propriedade, mesmo que seja propriedade

improdutiva. Quer dizer, com uma minoria que tem propriedade, consagramos e sacralizamos um direito de minorias à custa de um direito de maiorias, da totalidade, que é o direito ao trabalho.

Acho que o sucesso da legitimidade dos sem-terra no Brasil é o fato de eles conseguirem provar que é mais importante o direito ao trabalho, mesmo passando por cima do direito jurídico à propriedade não explorada. Um Congresso para o século XXI, que tenha sensibilidade social, que represente os interesses dos brasileiros, tem, antes de tudo, de lutar para que todos tenham direito ao trabalho. E direito ao trabalho com carteira de trabalho assinada. Aquela velha história do Getúlio, que o presidente da República disse que viraria a página do getulismo. Virou a boa página do getulismo, a da carteira de trabalho assinada. Até hoje esse direito é questão essencial. Um Congresso que tenha sentido de sua responsabilidade deveria antes de tudo debruçar-se sobre isso.

Em segundo lugar, mudar a forma de representação política, que está totalmente desmoralizada na nossa sociedade. Hoje em dia, não é preciso roubar. Vários políticos continuam roubando, porque estão acostumados a isso, como acontece em São Paulo. (*Palmas.*) Contudo, já não é necessário roubar. Posso ser financiado pelos grandes bancos, governar para eles e ser reeleito com financiamento deles, que, aliás, não pagam impostos no Brasil. Esta é a forma redonda, circular, de reprodução das elites no poder.

Temos de, em primeiro lugar, acabar com essa história de financiamento privado. O ainda presidente do Senado usou um argumento forte: “Ah, vamos usar dinheiro público para financiar campanhas privadas de políticos”. Claro, S.Exa. tem dinheiro dos bancos privados. Agora, quem não possui, não tem forma de se autofinanciar. Financiamento público é a condição mínima da competição minimamente equitativa das pessoas nas eleições.

Mas muito mais profundo do que isso, o mandato parlamentar é um cheque em branco, é quase o único que se dá no país. Entregamos o cheque e a pessoa usa e abusa dele durante quatro, seis, oito anos, quanto quer que fique com esse mandato na mão. Muda de partido,

de opinião e tudo o mais. Existe uma forma tradicional já histórica, do século passado, de superar isso.

No Brasil, discute-se muito a ideia do voto distrital. Na realidade, o voto distrital tenderia a despolitizar mais ainda a vida político-partidária, a vida legislativa. O voto distrital não é para fracionar circunscrições. A importância é a possibilidade de estabelecer mandatos que os eleitores daquela circunscrição possam revogar a qualquer momento do dia ou da noite. Isto é, o fato de ter um mandato que o deputado receba de maneira expressa, porque ele propôs um programa e, em função dele, foi eleito. A qualquer momento, se seu eleitorado considerar que ele não está sendo fiel a esse programa, seu mandato pode ser cassado. Essa é a maneira de resgatar a representatividade parlamentar.

Todos falam em voto distrital, mas ninguém toca nesse tema, oriundo da velha Coluna de Paris, do século passado. Ele foi uma maneira de dar representatividade social e direta ao mandato legislativo. Na verdade, o deputado ou o senador recebem o mandato e fazem com ele o que bem entendem. Isso é que dá o caráter de ruptura do vínculo entre o eleitor e o deputado eleito. Essa é uma norma certamente essencial.

Um terceiro elemento. Certamente é importante acabar com essa limitação da representação dos estados na Câmara dos Deputados. Todos sabem, esses dados saem normalmente na imprensa, o Senado garante o caráter federativo da República. Na Câmara dos Deputados, os parlamentares têm de ser eleitos para distribuição do eleitorado no conjunto do país. O fato de se colocar limites para que alguns estados possam ter mais deputados significa concretamente que o deputado eleito por algum estado obtenha mais votos do que aquele eleito por estados periféricos. É um dos mecanismos que possibilita que uma certa oligarquia política ligada ao Norte, especialmente ao Nordeste, consiga controlar o Parlamento. E se vier o golpe do parlamentarismo no Brasil? Certamente essa elite brasileira está vendo que pode perder a eleição para presidente. Para o Congresso, do jeito que ele é, é muito mais difícil. Estão olhando para a Venezuela com medo. Antes podia ganhar um

candidato *outsider*, mas tinha de negociar com um Congresso conservador. Hoje eventualmente ele pode até desarticular o Congresso e convocar novas eleições.

Setores do governo estão falando em parlamentarismo. Parlamentarismo significa concretamente que quem domina o Congresso vai mandar no Brasil. Neste Congresso, com a estrutura e distribuição de votos que tem, o atual presidente do Senado, por exemplo, não passaria de 5% dos votos se fosse candidato a presidente da República. E desses, 3% seriam do interior da Bahia. No entanto, ele pode dominar o Congresso com dossiês ou sem dossiês — provavelmente com dossiês. E pode chegar a ser primeiro-ministro do Brasil. Desculpe individualizar o tema, mas é que se trata de personagem notório da elite brasileira. S.Exa. não tem viabilidade alguma em eleição presidencialista. No entanto, através do controle que obtém nos corredores ou em público, no Congresso Nacional, conseguiria provavelmente ser o primeiro-ministro do Brasil hoje; afinal, tem enormes poderes concentrados na mão. Uma dessas condições é essa distribuição absolutamente desigual dos deputados pelo Brasil.

Hoje em dia, digo envergonhadamente que quem manda no Brasil é a elite de São Paulo. O pior desse estado é a elite bancária da Av. Paulista, com 101 agências bancárias. Refiro-me à elite paulista ligada à oligarquia do Nordeste. Por essa razão, as comemorações dos 100 anos de Gilberto Freire foram do resgate de seu papel e de esquecimento do que ele significou do ponto de vista de mistificação da chamada democracia racial no Brasil. O momento de reescrever a história é na hora em que as oligarquias do Nordeste e as elites paulistas se reconciliam com o poder. A esse respeito, li artigo no jornal *Correio Braziliense* que me deu muita saudade de Florestan Fernandes.

Com essa estrutura de distribuição, os setores não representativos da sociedade brasileira têm a possibilidade de controlar o país diretamente. A redistribuição da votação é um importante elemento. São Paulo representa não apenas os nascidos lá, mas uma massa enorme de gente que vem inclusive do Nordeste. O fato de aumentar o número

de deputados por São Paulo não quer dizer que serão os paulistas da Av. Paulista que vão votar mais. Ao contrário. A massa de sua população é que terá mais possibilidade de representação no Congresso.

Este Congresso não tomará esse gesto suicida de mudar a estrutura de poder na qual exatamente aqueles que hoje são majoritários continuarão a se perpetuar nele. Se depender deste Parlamento, não vai mudar essa representação. Justamente, porque são majoritários indevidamente e vão se perpetuar nessa situação privilegiada. Esse elemento provavelmente terá de mudar.

Outro elemento importante é a democratização dos meios de comunicação. Não há democracia com monopólio privado das grandes empresas dos meios de comunicação. Num país com instituições públicas fracas, a formação da opinião pública recai em grande medida nos grandes meios de comunicação. É difícil, quase impossível, um setor da sociedade comunicar-se com outro sem passar pela telinha da televisão. Se a televisão decide que os trabalhadores na produção de gás não podem dar as razões da sua greve para a dona de casa, que deixa de recebê-lo em casa, esse diálogo torna-se impossível. São os grandes meios de comunicação que criminalizarão o grevista, mostrando a dona de casa como vítima da ação criminoso do grevista, sem que seja possível o diálogo entre esses setores sociais. Quer dizer, com sindicatos fragilizados, partidos com pouca definição ideológica e pouca representatividade social, com um Congresso que não é esse elo de discussão, não será possível esse diálogo. Sem isso, o papel dos grandes meios de comunicação continuará sendo fundamental na formação da opinião pública. Isso torna-se um obstáculo fundamental para que possamos ter consciência pública no Brasil. Os grandes meios de comunicação são profundamente mercantilizados e privatizados, são os interesses da maximização dos grupos que guiam os grandes meios de comunicação. Portanto, eles são opostos ao espírito público, aos interesses das grandes massas da população. Sem canais de discussão e de debate, é impossível uma democracia.

A televisão mais importante que se tem no Brasil, embora em ritmo de desgaste, atualmente é a TV Cultura. Ela não se faz como empresa privada, no âmbito de mercado. Ela conseguiu sobreviver com grandes dificuldades aos governos Quéricia e Fleury e, com mais dificuldade ainda — pasmem! — ao governo Covas, porque tem certa autonomia; é uma fundação não suficientemente representativa da sociedade de São Paulo. Contudo, tem autonomia suficiente para ter os noticiários mais isentos do Brasil. A TV Cultura tem o melhor espaço de debate político, a melhor programação infantil e cultural e a elite ilustrada de São Paulo não valoriza, não defende devidamente como supostamente poderia defender. E está num processo acelerado de privatização, porque o governo de São Paulo também entrou na ditadura do ajuste fiscal: quer que a TV Cultura dê lucro como o botequim da esquina tem de dar lucro. Na verdade, a TV Cultura está cada vez mais induzida pelas publicidades. Isso significa que seus programas terão de estar disputando índices de ibope. Portanto, passam a ser cada vez mais pressionados por mecanismos similares aos das outras. Vai terminar acontecendo o mesmo que aconteceu com o Banespa e o Banerj. Passará a ser uma televisão privada como outra qualquer.

Os espaços públicos democráticos são criados por instituições na esfera pública e não na privada. A esfera privada concede espaços conforme ela quer, da maneira que lhe interessa e tudo mais.

Finalmente, quero abordar outro tema essencial. Se este Congresso não fizer um tema seu, efetivamente terminará de se enterrar no século XXI. Continuará existindo, mas será um zumbi, um ventríloquo do Executivo, como tem sido até agora. Tema da esfera pública fundamental é o Orçamento Participativo. Se o orçamento fosse explicado pelos deputados brasileiros para a massa da população seria uma peça tão subversiva quanto o manifesto comunista. Demonstraria cruamente a natureza de classe do Estado brasileiro. Quem paga imposto e quem financia quem? Os tecnocratas não têm o mínimo interesse em explicar e ainda vêm com aquela história de que o orçamento é fictício, não é realizado. É um amontoado de números e não fica claro.

O secretário da Receita Federal veio ao Congresso Nacional. Penso que foi o acontecimento mais importante dos últimos tempos. Na Receita Federal, a arrecadação é a função que sequer os neoliberais mais desvairados acreditam que possa ser privatizada. Continua a ser função pública — até agora pelo menos — arrecadar imposto, até que se terceirize. O secretário da Receita teve de dizer que a metade dos impostos que deviam ser pagos no Brasil não são. E não é o pipoqueiro da esquina que sonega, são os grandes capitais, em particular, o sistema bancário brasileiro e internacional, o grande sistema financeiro. Disso, não decorreu atitudes graves. Deveria decorrer atitudes drásticas. Houve reações imediatas, constrangimentos, mas é aquela história, quando a situação é difícil, fica-se quieto e espera-se passar a onda para se continuar aquilo que sabemos que aconteceu. No primeiro trimestre do ano passado, os bancos lucraram 3.012%. Enquanto a sociedade brasileira empobrecia em 60% pela desvalorização, esse dinheiro não era queimado, era transferido liquidamente para o grande capital financeiro nacional e internacional.

Esses temas não passam nem pelo Congresso. Não sei se o Congresso gostaria que passasse, não sei se ele está qualificado para passar, não sei se lhe interessa que passe ou se o problema do Congresso em relação ao orçamento é colocar verbinha do estado tal e tal. O grande tema central é quem paga imposto, quem deveria pagá-lo e se é justa ou não a estrutura tributária brasileira. A preocupação da reforma tributária agora e só de querer pagar menos imposto. Os empresários privados, que já ganham tanto, não querem pagar muito imposto. Há o jogo de empurra-empurra entre as esferas federal, estadual e municipal, para saber quem paga o ônus mais duro dos ajustes fiscais do sr. Pedro Malan. A discussão não é sobre justiça ou não da estrutura tributária brasileira. É, além do mais, a sonegação. O sr. Malan teve o descaramento de dizer no Congresso Nacional que não é problema dele a questão da metade dos recursos arrecadados que não são pagos como impostos, mas a da sonegação de 50% do que o Brasil deveria arrecadar. Isso não é problema deles. É uma dificuldade de governar, e tudo o mais.

Sabemos qual é a promiscuidade dessas pessoas, senão, o sr. Francisco Gross não estaria lá, estaria no banco dos réus. É evidente que há interesse das empresas vinculadas a ele em relação ao próprio BNDES. Como esta Casa aceita que uma pessoa como essa, sob suspeita óbvia e evidente, assuma o BNDES? E ainda mais ligado ao sr. Malan. Em todo caso, esses temas são essenciais. Infelizmente, temas econômicos são essenciais no país, que precisa tanto de recursos para investir. O governo mente que não há recursos e tudo o mais. Se a sonegação for resolvida, teremos recursos para solucionar muitos problemas, não apenas a crise fiscal do Estado como os recursos que faltam na educação, na saúde, no salário mínimo.

Contudo, esse tema não se discute. Isso é um tema da cidadania organizada. O Orçamento Participativo é aplicado por várias prefeituras do Brasil, em particular, a de Porto Alegre. Uma das razões básicas por que já cumpre três mandatos e, provavelmente, terá um quarto neste ano, é a ideia de colocar nas mãos da cidadania organizada a decisão sobre quem paga imposto e o que se faz com ele. É aquela história de que eu pago, eu voto. É uma questão fundamental. Quando se arrecada dinheiro, todos querem saber para onde irá esse dinheiro. É uma questão central e medular da democracia. Isso não é respeitado minimamente no Brasil.

É uma das razões pela qual não tivemos uma democracia. Os recursos são arrecadados totalmente de maneira injusta, indevida e desigual, porque 50% dos mais ricos não pagam. Depois, quem paga? Assalariados. E financiamos esses dez bilhões que o sr. Malan entregou nesta semana para o Fundo Monetário Internacional. Quer dizer, os 70 bilhões que pagamos no ano passado são mais do que o governo gastou em educação e saúde. É transferência de salário do trabalhador brasileiro para o capital financeiro e especulativo, que é quem financia a campanha desses governantes e de parte deste Congresso. Quer dizer, se esse orçamento fosse trazido limpidamente para a massa da população, eles estariam dando tiro no pé, porque estariam vendo quem financia quem na sociedade brasileira. Estão administrando o quê?

São muitas reformas possíveis para que pudéssemos ter um Congresso à altura não do que o Brasil é hoje com essa estrutura hierárquica de poder, mas com que deveria ser, em que todos tivessem trabalho, que fosse solidário, em suma, com a cara do Betinho, e não com a cara do Pedro Malan.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Passamos a palavra ao prof. Milton Santos.

**O SR. MILTON SANTOS** – Quero agradecer a todos a oportunidade de estar presente para, em companhia de pessoas tão ilustres, participar desta mesa, que entendo como ocasião de trabalho.

Nas ocasiões de trabalho, cada qual funciona em função de suas competências. Nesse caso, cabe-me falar como aquele que aparentemente sou, isto é, um geógrafo. É evidente que me sentiria mais à vontade no tema exatamente anterior ao de hoje, mas já que me puseram neste tema, vou fazer um esforço, como se dizia antigamente, transido de medo. Medo que me acompanhou na preparação dessa viagem e que foi agravado ontem quando, recebendo este caderno, soube que quem organizou esta audiência está pedindo aos assistentes que avaliem o desempenho dos palestrantes. Não sabia disso e me sinto como há 56 anos, quando fui fazer vestibular. Somente para mostrar que não gostei dessa forma de convidar as pessoas, por isso, vou fazer o pior que me for possível. (*Palmas.*)

O assunto que nos trouxe aqui é a discussão do Parlamento brasileiro, sua representatividade, isto é, a maneira como um conjunto escolhido de cidadãos representa a totalidade de uma nação. Aqui, o assunto foi tratado segundo a ótica do direito internacional público, segundo a ótica do povo e seu dinamismo e do divórcio existente entre o povo e seus representantes, e também entre os representantes e aqueles que são pagos para pensar o país, que são os intelectuais. Algo grave do Brasil é essa incapacidade de a área política prestar atenção ao que propõem os estudiosos.

Mesmo assim, confio nos que organizaram esta reunião, sei que vão fazer uma súmula para entregar ao presidente da Casa. Peço que a façam com cuidado, que façam um resumo, porque presidentes de Casas não têm tempo para ler muito. O presidente desta Casa tem de tomar conhecimento do que foi dito pelo Emir Sader, pelo Cícero Sandroni, meu velho amigo e companheiro de Brasília há quarenta anos, quando servi ao governo da República, aqui mesmo. O que tenho de dizer, o geógrafo pode dizer em época de globalização a respeito da representatividade dos que são eleitos.

As constituições brasileiras, copiando ou não outras, pretenderam incluir território no pensamento da nação. E pretendendo fazê-lo inclusive pela forma de como o Poder Legislativo se organiza, referiram-se ao Senado Federal como símbolo da federação. Por isso, há uma representatividade homogênea. Não importa o tamanho, a população, a riqueza, o Senado Federal é formado por igual número de senadores de cada Estado; a Câmara dos Deputados, que aparentemente representa a nação — aí entra a discussão do geógrafo —, é formada por representantes do povo.

Mas o que é o povo? O que é a nação? Quem jamais deu bom-dia à nação? Quem jamais se encontrou com a nação? A nação é uma *intellectia* vista por intermédio do território. Isto é, se a vida local não tem como se mostrar, a federação, como tal, pode automaticamente se opor à globalização.

E a discussão que se põe, por conseguinte, a discussão proposta que nos trouxe aqui — aliás, minha vinda aqui foi só por isso, além de atender ao convite tão amável, insistente, delicado e sensível dos que organizaram esta reunião, e que parece que não foram os deputados, mas um grupo que decidiu exercer sua vontade de civismo independentemente de seus chefes — é o Parlamento. Neste lugar, não há chefe nem patrão. Estamos aqui por espontânea vontade. Não vou mais adiante, porque não quero criar problemas para ninguém, muito menos para os funcionários que organizaram esta reunião.

A República brasileira, de alguma forma ou de outra, era de lugares. Gente como Celso Furtado chegou a dizer, em relação ao Nordeste, que o poder não se centrava nas cidades, mas nas fazendas. É evidente que não havia representatividade do povo, mas alguém representando a economia e a política dominantes e não a cultura dominante. Nessa República da enxada alguns vinham para o Congresso legislar em nome próprio, ainda que dizendo legislar em nome do povo brasileiro.

O conjunto de conteúdos dos lugares tem de levar em conta as pessoas, tem de considerar como elas se organizam, produzem e trabalham. Enfim, os ocupantes desses lugares devem rever definições externas do que é o país e do que é o mundo.

Queria fazer uma ou duas observações de ordem conceitual. Peço desculpas por aborrecê-los com esse tipo de preocupação, mas sem isso não saberia o que desejam. A ideia de território — que é, aliás, a ideia com a qual trabalha o direito público, os chamados cientistas políticos — não leva a lugar algum no território em si, razão pela qual nem o direito público nem a ciência política incorporam território na sua formulação. A meu modo de ver, o que deve ser levado em conta não é o território em si, mas a maneira como ele é cheio de ações, que redefinam o território, que lhe dão seu verdadeiro conteúdo. A legislação para ser eficaz, se não incluir conteúdo, será algo apenas formal, como os conselhos dos cientistas políticos, que não incluem o conteúdo de território, serão igualmente formais. O conteúdo da nação, o conjunto de conteúdos dos lugares, não se envolve realmente com algo que tem dinamismo, vida, se não se levar em consideração as pessoas que estão no lugar. Conhecemos esse lugar pela maneira como ele se organiza e produz a possibilidade de trabalho, da circulação e certamente produz também em cada pessoa, além da visão própria desse lugar, uma possibilidade de rever as definições externas do que é o país e o mundo.

Digo isso, porque o território acaba por ser o dado essencial da condição da vida cotidiana. Essa vida cotidiana é contraditória por definição, porque une o passado e o futuro na figura do presente fugaz, obriga às obediências, estimula a revolta, mas conduz ao entendimento do papel

das coisas que nos cercam e limitam nossa ação. Obriga-nos a pensar. E não há outra maneira de viver, isto é, outra vez nos conduzindo a revalorizar as possibilidades de produção de outro futuro. Ora, a política não é outra coisa senão isso mesmo. Dir-se-ia que o cotidiano é conjuntural. Não o é na medida em que cada um de nós vive fazendo coisas que dependem da maneira como nos inferimos em dada estrutura. Cada um de nós faz coisas que nos são permitidas ou não em cada lugar. Daí essa relação inseparável entre cotidianidade e lugar, relação pouco explorada pelos geógrafos, o que desculpa os cientistas políticos de modo geral e, mais do que os cientistas políticos, os juristas, que são os homens da forma, às vezes, fria e tornada autônoma em relação a um movimento. Se os próprios geógrafos não tratam as coisas da maneira que deveriam ser tratadas, por que os outros poderiam fazê-lo?

Minha sugestão é exatamente que comecemos daí. A partir daí, **entenda-se** ou busque-se entender como a globalização tem um novo papel na renovação do pensamento do direito público constitucional, como a globalização obriga a uma nova forma de pensar a organização dos países.

No caso brasileiro, estamos assistindo a quê? Estamos assistindo a uma reforma da Constituição. O prof. Emir Sader mostrou como essa reforma vem sendo feita por intermédio do trabalho das assembleias representativas da sociedade brasileira, desta Câmara por exemplo. Só que cada uma das reformas é apresentada como algo autônomo. E, se o território tivesse sido levado em conta, isso seria impossível, pois este, incluindo os homens, com o seu dinamismo, obrigaria a que essas reformas, sejam quais forem, a fiscal, por exemplo, levassem em conta a “empiricização” dessa coisa metafísica que é a nação, através do enraizamento nos lugares ou, pelo menos, do uso diferenciado feito dos lugares, por frações da sociedade que se definem cada qual de modo específico em função disso.

A globalização permite reviver um antigo sonho de alguns constitucionalistas brasileiros que nunca foi muito adiante quando se tratou de traduzir ideais em direito positivo.

Na Constituição que sucede o regime autoritário do anteguerra e durante a guerra, foi possível incluir um terceiro nível na federação, dando ao município um papel importante. A globalização vai obrigar à criação de um quarto nível. Vou tentar explicar por quê.

Peço que me perdoem a aridez do que vou trazer agora, mas estamos aqui para trabalhar juntos. A tarefa de professor é trazer o seu trabalho, ainda que possa parecer aborrecido aos ouvintes, para que possamos trabalhar juntos agora ou depois.

O que acontece com a globalização? Ela acaba privilegiando certas áreas dentro do território como um todo, áreas que acabam sendo utilizadas por atores hegemônicos de natureza global, que se apossam. E a legislação não cuida deles, porque o fenômeno não é bastante analisado até agora.

Faço uma pequena observação: esse fenômeno foi analisado no livro que, juntamente com a profa. Maria Laura Silveira, estamos publicando na Editora Record. Cheguei a essa conclusão devido a uma apresentação generosa do prof. Emir Sader.

O que a globalização faz é como que entregar certas áreas, na sua função e na sua dinâmica própria, a um motor externo ao país, que regula a vida de cada região em função de interesses “privatísticos”. As empresas muito grandes mandam em pedaços do Brasil cada vez mais numerosos, aqueles pedaços que necessitam de infraestruturas modernizadas. Empresas, quando se instalam, pedem aos governos federal, estadual e municipal que lhes ofereçam infraestrutura. Essas empresas de produção, seja de porcos, seja de frangos, seja de soja, seja lá do que for, estabelecem uma disciplina extremamente rígida, como se fosse recriada a figura do servo e da gleba outra vez. Os agricultores guardam a propriedade da terra. O uso da terra é regulado pelos interesses dessas empresas, criando uma fragmentação do território, uma alienação do território, um descontrole do território pelo Estado, o que permite dizer que, com a globalização, não são os políticos que fazem política. A política é feita pelas grandes empresas. Os políticos

são, de maneira quase geral, porta-vozes. Eles elaboram os discursos de interesse da grande empresa, sobretudo porque muitos estão convencidos, outros são convencidos, e outros, sem estar convencidos, falam assim mesmo. Só há uma solução na cabeça e no coração dessas pessoas: é essa globalização perversa, que modifica, inclusive, o caráter da nação.

O que se passa é que, além do município, dentro do estado, mas além do estado federado, dentro da nação, mas além da nação, há pedaços do território convocados a comportamentos indispensáveis, se querem continuar trabalhando. Há regras extremamente rígidas no processo produtivo, o que também me faz perguntar-lhes por que as coisas devem ser assim. É a porta aberta para uma espécie de conscientização, que será tanto mais eficaz quando os partidos se derem conta de que as coisas assim são, e há consequências geográficas e políticas que deverão ser consideradas quando a Constituição, que está sendo reformada agora, for reformada novamente, porque a globalização está criando no país uma série de condições que obrigarão a uma reforma da Constituição novamente daqui a alguns anos.

Quando penso no que está sendo feito agora no Congresso, fico estarecido. Essa é mais uma razão para que nos disponhamos a repensar o país a partir da sua realidade, de modo a oferecer, daqui a pouco, possibilidades para que outras coisas sejam feitas.

Que os deputados não nos ouçam, está bem, mas os intelectuais não são feitos para audiência dos poderosos. Jamais houve conciliação, por mínima que fosse, entre alguém que se imagine um verdadeiro intelectual e o trabalho cotidiano do homem de poder. Há mesmo uma contradição. O trabalho do intelectual é feito para ser entregue à população, se possível, por meio da sociedade civil e organizada, que inclui os partidos, e, se não possível, de forma selvagem como a presença aqui, que, aparentemente, é burocrática. Se fizermos uma análise superficial, é evidente que vamos imaginar que a organização da reunião foi extremamente burocrática. Imagino que boa parte das pessoas presentes é independente ou deseja ser. O fato de essas portas se abrirem para eles e para nós cria um diálogo que, daqui a pouco, será frutuoso.

O município já não dá conta da representatividade do cotidiano, porque o que produz no homem o ente filosófico que o faz saber-se no mundo, entender sua função, seus limites e as esperanças possíveis senão o cotidiano, que é melhor visto por meio do trabalho, as formas de trabalho que acorrentam ou liberam?

Por isso, as classes médias são, ao mesmo tempo, as mais acorrentadas. No país, são as que têm maiores dificuldades para entender o processo do mundo. É função do seu trabalho. Agora que os trabalhos começam a faltar às classes médias e são remunerados de forma incorreta, apenas como miragem para seus filhos, elas estão conhecendo também uma formidável metamorfose política, que terá grande importância no Brasil que se está reconstituindo.

O cotidiano do trabalho. O trabalho é acorrentado ao interesse das grandes empresas. Estas reorganizam o território ao seu talante e fazem-no de forma ainda não regulada, para mostrar à comunidade interesses que, por enquanto, se manifestam por meio não apenas de representantes legislativos, mas também da imprensa local. Há, por isso, má representatividade, na medida em que ela é a caixa de ressonância tanto dos grandes interesses, que pagam a mídia, como também dos interesses dos leitores, que exigem uma forma de reação da mídia local e regional, representativa de uma área que não é o município nem o estado.

A realidade já mostra uma nova divisão territorial do Brasil, que, creio, vai exigir representatividade política, reclamar e participar do jogo das decisões que concernem à construção do futuro.

Tenho outros temas para trazer aqui, mas prefiro ficar neste, isto é, a globalização, que é perversa, mas também traz, a partir da contradição oferecida pela vida, novas formas de realização da convivência social. É necessário que a estudemos mais profundamente e transmitamos os resultados de nossos estudos à população, na medida do possível, com debates como esse daqui. Não importa que as pessoas não falem.

O debate está aí. Às vezes, é no silêncio que acontecem os debates mais frutíferos.

Nesse particular, outra vez, agradeço aos organizadores desta reunião o convite e felicito-os.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Imaginem se o prof. Milton Santos tivesse tentado fazer o melhor.

Passamos a palavra ao dr. Cícero Sandroni.

**O SR. CÍCERO SANDRONI** – Minhas senhoras e meus senhores, confesso que estou duplamente transido de medo, porque, se isso foi o pior do prof. Milton Santos, o que será de mim? Por melhor que eu faça — e certamente não farei o melhor —, vai ser muito pior do que o prof. Milton acaba de nos dizer. Foi uma brincadeira. Mesmo querendo, o prof. Milton Santos jamais faz o pior. Sempre faz o melhor.

Antes de mais nada, concordo, em gênero, número e grau, com o que acabaram de dizer o prof. Emir Sader e o prof. Milton Santos. Tivemos duas lições iluminadoras, duas visões perfeitas do que é o Brasil de hoje e também o Parlamento e a imprensa.

Também lhes agradeço por ter tido a honra de participar deste encontro organizado pela Câmara dos Deputados. Devo dizer que venho aqui na condição de representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e do dr. Barbosa Lima Sobrinho. Exatamente hoje, a ABI completa 92 anos, uma existência nem sempre gloriosa e pautada por aquilo que gostaríamos. Tivemos muitos problemas, dificuldades e momentos de fraqueza nesses 92 anos, mas hoje, sob a presidência de Barbosa Lima Sobrinho, tenho a impressão de que a ABI cumpre seu papel.

Desde sua fundação, em 1908, essa instituição de jornalistas esteve muito próxima ao Parlamento, especialmente na época em que era no Rio de Janeiro, no velho Palácio Tiradentes, que hoje abriga a Assembleia estadual daquele estado. Essa ligação se fez na República Velha,

no regime de 1946, e, a partir de 1964, na resistência ao regime militar. Se, no Estado Novo, a ABI não teve uma atuação como gostaríamos, a partir de 1964, ela sempre foi um centro de resistência à ditadura. Participou ativamente da luta das Diretas Já, da luta pela anistia, na qual teve papel preponderante, e, enfim, da instauração do estado de direito, que hoje existe no país e podemos contestar, mas isso fica para outro momento.

Minha honra é maior ainda por representar Barbosa Lima Sobrinho, que, se não tivesse sofrido acidente — ele caiu em casa, fraturou o fêmur e está-se recuperando —, estaria aqui, nos seus gloriosos 103 anos de vida, falando, certamente, do tema que tem sido o dos últimos anos de sua vida: o combate à política desnacionalizante e à política privatista dos governos Fernando Henrique Cardoso e Fernando Collor.

Barbosa Lima pertenceu ao Congresso, foi deputado, por Pernambuco, durante três mandatos. Assim sendo, é o melhor exemplo das relações entre o Parlamento e a ABI. Ele foi deputado nas Constituintes de 1934 e 1946 e, mais tarde, depois de ter sido governador, foi novamente deputado em Brasília. É por todos os títulos — desculpe-me estar fazendo o elogio desse homem por quem tenho verdadeira veneração. Ele é não só o decano da imprensa brasileira, mas o mais antigo parlamentar brasileiro ainda vivo. Ele também é, um pouco, o decano do Brasil.

Quando ouvia Emir Sader fazendo o retrato sem retoque do Parlamento, perguntava-me: por que o Parlamento ainda não fez homenagem ao dr. Barbosa Lima Sobrinho? (*Palmas.*) Comecei a perceber por que não. O dr. Barbosa vindo aqui iria dar novamente sua mensagem contra tudo o que se está fazendo no sentido de transformar o Brasil em uma colônia; tudo o que se está fazendo para transformá-lo em um país mais dependente ainda; tudo o que se está fazendo para transformar o Brasil com “esse” — o Brasil do Betinho, como diz Emir — em Brasil com “zê”, o Brasil de Malan. (*Palmas.*) De qualquer forma, deixo aqui meu recado: está na hora de a Câmara homenagear o dr. Barbosa Lima Sobrinho.

Dito isso, apenas peço aos senhores que estão assistindo às nossas exposições, e aos professores que estão à mesa, que perdoem minha linguagem pouco acadêmica e pouco científica na abordagem do tema. Vou usar as palavras de um velho jornalista que, quando jovem repórter de *O Globo* acompanhou os trabalhos legislativos da Câmara dos Deputados de 1958 a 1960, ao lado de grandes nomes da crônica política, como Villas-Bôas Corrêa, Carlos Castelo Branco, para citar apenas dois expoentes, e, mais tarde, Carlos Chagas, outro expoente do jornalismo político no Brasil.

Na condição de repórter, assisti à mudança da Câmara do acanhado e velho Palácio Tiradentes para o Planalto, sob o comando do então presidente Ranieri Mazzilli, operação em que os oficiais do Estado-Maior foram os deputados Neiva Moreira, então do PTB do Maranhão, e Vasco Filho, já falecido, da UDN da Bahia. Em respeito à verdade histórica, e como um testemunho que gostaria de dar, se não fosse o esforço dos três parlamentares citados — não vou discutir o desempenho e o currículo de cada um —, a Câmara federal não teria se transferido a tempo e a hora para a Capital da República.

Quem viu a Câmara no Palácio Tiradentes — desculpem-me o tom um pouco de crônica — e vier hoje, quarenta anos depois, a Brasília, não pode deixar de espantar-se. Quando escreveu o famoso poema “O formigueiro”, o poeta Ferreira Gullar, certamente, estava contando, de forma poética e profética, o que seria esta Casa hoje.

Realmente, andar pelos corredores e túneis do tempo é um pouco de ficção. Hoje é um dia calmo, mas, de terça a quinta-feira, é um verdadeiro formigueiro, com lobistas correndo de um lado para outro, deputados abraçados com pessoas com quem não deviam estar, restaurantes cheios. É um verdadeiro formigueiro sobre o qual Gullar escreveu um poema.

Quarenta anos e esse Parlamento, que sofreu vários golpes desfechados *manu militari* e, muitas vezes, também golpes brancos, resistiu e sobreviveu. Teve também seus grandes momentos, como o da promulgação

da Constituição escrita pelos representantes do “povo” — a palavra povo pode vir entre aspas —, sob a liderança de Ulysses Guimarães, e mais tarde o *impeachment* de um presidente eleito, processo iniciado quando, volto a falar, o dr. Barbosa Lima veio a Brasília entregar ao presidente da Câmara documento pedindo a instauração do processo que terminou com o afastamento do presidente faltoso.

O período de quarenta anos é apenas uma parcela de uma história maior, que tem início em 1821, quando os deputados brasileiros foram convocados às Cortes de Lisboa, e para lá seguiram, segundo José Bonifácio, “não para fazer leis, mas para julgar as que se fizessem nas Cortes de Lisboa, onde, por desgraça, muitas vezes, entende-se que pode servir ao Brasil a legislação acomodada ao terreno de Portugal”. Palavras sábias, pronunciadas no século XVIII, mas de impressionante atualidade, pois também não pode servir ao Brasil, hoje, a legislação acomodada aos interesses estrangeiros.

O que nos mostra essa herança do passado, a história de dois séculos? Mostra-nos que as elites políticas — com ou sem aspas —, ou seja, os grupos que, efetivamente, detêm o poder de mando e de tomada de decisões no país, tão bem analisados e descritos aqui por Emir Sader, esses grupos continuam os donos, os canais corporativos do poder.

Convém não esquecer a origem das nossas elites políticas e os meios por elas utilizados para se manterem e se perpetuarem no poder. Montesquieu, numa das suas sentenças, diz que “na hora das fundações de uma nova forma de organização política, são os líderes que moldam as instituições, mas, no correr dos desdobramentos posteriores, são as instituições que moldam os seus líderes”.

Vale dizer que a interação entre a estrutura política original e a elite política que daí resultou tem uma importância fundamental na estrutura sociopolítica do Estado no Brasil. Ainda estamos submetidos a uma ordem sociopolítica marcadamente patrimonialista, e o problema é saber como construir uma ordem democrática autêntica para substituir esta base.

Sabemos que, apesar de mudanças substanciais no plano econômico e tecnológico, a nossa estrutura política continua arcaica, os membros de nossas elites políticas continuam descendendo do poder político tradicional ou pertencendo a troncos de famílias oligárquicas ou emergentes, ou então financiados pelo capital nacional e internacional, também.

Essas formas novas, esses troncos novos de oligarquia continuam utilizando os mesmos canais estruturais e institucionais para controlar o poder. E é impressionante, porque é do Estado, que muitos combatem, que eles retiram os recursos financeiros para se fortalecerem, como se mostra e se demonstra nos financiamentos que o BNDES dá a esses grupos.

A profa. Lúcia Avelar, professora de ciência política da Universidade de Brasília, chega, a esse respeito, a uma conclusão dramática: “é desta maneira que os recursos do Estado são distribuídos, para que essas elites se perpetuem no poder”.

Eu continuo citando a profa. Lúcia Avelar num artigo iluminado e esclarecedor.

Essa correspondência entre posição social e posição política ainda persiste na maioria das sociedades fechadas. A participação na política seria, assim, uma espécie de direito automático dos ocupantes de determinados *status* social. Apesar dos progressos da industrialização, ninguém conseguiu ainda acabar com o poder desses grupos no aparelho de Estado. Essa forma de intermediação praticada pelas elites recebe o nome, na ciência política, de clientelismo de Estado, que se caracteriza por operações de troca de recursos materiais obtidos diretamente na esfera do Estado e usados para obtenção de apoio político, sem nenhum ônus pessoal para o protagonista. Chega-se, assim, a um regime de subordinação dos eleitores que vai desde a compra aberta ou velada de votos até certas formas de arregimentação da massa, sem nenhum lucro ou sem nenhum benefício para a comunidade.

As redes clientelísticas são utilizadas pelas oligarquias dominantes para o controle dos eleitores e também para impedir a organização de movimentos autônomos e participação comunitária. E é exatamente aqui, nesse espaço sombrio e quase escondido, ocupado pelo clientelismo, que se instalam os germes responsáveis pelas agressões à tenra planta da democracia brasileira, na palavra de Otávio Mangabeira.

A instituição do voto é, sem nenhuma dúvida, um canal de acesso ao poder que permite lutar contra as desigualdades. Mas esse processo de mudança é muito lento e as transformações sociais são rápidas demais. O plano onde essa lentidão cria o ponto de estrangulamento mais crítico é exatamente o nível da distribuição de renda, que apresenta distorções cada vez mais graves.

O estabelecimento da democracia política no Brasil não produziu uma democracia social. O nosso estado de direito é um estado de direito que só existe para as elites. As elites controlam tudo. E controlam tudo a partir — como disse o prof. Emir Sader aqui — do controle dos meios de comunicação.

No Brasil não existe liberdade de imprensa. O que existe no Brasil é liberdade de empresa. A liberdade de imprensa, hoje, é privilégio de umas quinze pessoas que controlam os grandes meios de comunicação.

Esse desequilíbrio entre o Estado real, o país real e o país das elites levou a democracia do Brasil a se desenvolver e encontrou na questão social os seus maiores obstáculos.

Gostaria de falar um pouco sobre o problema do eleitorado, porque o Parlamento é um reflexo do nosso eleitorado. Quer dizer, o sistema errado, errôneo, com problemas ou não, o nosso Parlamento, os 520 deputados, os senadores emergem desse eleitorado que o prof. Emir Sader tão bem analisou. Mas, se pensarmos um pouco nesse eleitorado, vamos ver que o perfil do eleitorado brasileiro, segundo uma pesquisa de 1998, em relação ao nível de instrução, indicou que 8,1% é composto de analfabetos; 23,3% sabem ler e escrever; 34,9% têm o

primeiro grau incompleto; 8,4% têm o primeiro grau completo; 19,3% têm o segundo grau incompleto; e 5,3% têm o superior incompleto. Esse quadro demonstra a existência de um eleitorado com situações de vida e escolaridade mais privilegiadas, e, o outro, um eleitorado popular, o mais numeroso, correspondendo, em termos numéricos, a mais ou menos 60% do total.

Essa observação não leva em conta nenhum dado sobre se o voto do analfabeto é melhor que o voto do PhD. É apenas uma constatação do que está acontecendo. Mas, na verdade, a parte menor desse eleitorado nem sempre é massa de manobra e é capaz de avaliar criticamente a chamada ideologia dominante: tem preferências, faz escolhas, passa a reagir seletivamente e se orienta com objetivos a longo prazo.

Os fatores de cognição, ao lado de uma identidade, levam a uma maior autonomia política e, como já dissemos, são constituídos por aproximadamente 30 milhões de indivíduos, num total de 100 milhões. Trinta milhões de votos. Pode ser uma coincidência ou não, mas é mais ou menos o eleitorado do Lula na última eleição: 32 milhões de votos.

O grosso do eleitorado brasileiro está muito longe desse modelo de autonomia e de informação. Aproximadamente, 70 milhões de eleitores não ultrapassaram sete anos de escolaridade. E, pior, encontram-se dispersos nos 1.500 municípios brasileiros, a maioria deles constituída por localidades muito pequenas. Há, no país, 1.500 municípios com menos de 5 mil habitantes, mais 1.400 onde encontramos de 5 mil a 10 mil habitantes; ou seja, 65% dos municípios brasileiros são localidades muito pequenas em população e em eleitorado, mas, em razão do seu número, aproximadamente 50% do eleitorado brasileiro vive em municípios de menos de 50 mil habitantes, em geral, municípios de qualidade de vida muito ruim.

Esse numeroso eleitorado popular encontra-se também nos bolsões de pobreza das grandes metrópoles, bem como nos municípios das regiões rurais e semirurais. Mesmo que ocorram eleições regulares, a norma

é a subordinação política em troca de recursos materiais. A renovação, assim, é muito difícil, a não ser que ocorram processos mobilizadores.

Às vezes fico pensando num filme americano — infelizmente, a invasão cultural dá-nos a memória da imagem de todo americano — chamado *O exterminador do futuro*, em que o agente de um futuro volta no tempo para tentar modificar a estrutura para evitar uma catástrofe no futuro. É a mesma coisa que acontece com este Parlamento.

Este Parlamento precisa fazer reformas estruturais básicas. E nessas reformas ele vai permitir que o eleitorado se manifeste de maneira mais adequada, mais legítima. O eleitorado poderá eleger um Parlamento melhor, desde que o Parlamento realize essas reformas, para que no futuro o próprio Parlamento seja melhor. Se queremos um Parlamento melhor no século XXI, é indispensável mudar o quadro atual. Um Parlamento melhor, capaz de entender as necessidades profundas deste país. E a primeira delas é, na minha opinião, a redistribuição de renda, hoje concentrada cada vez mais na mão de um número menor de ricos e cada vez mais um número maior de pobres.

Gostaria de citar aqui Hobsbawm, quando ele dizia que “o problema básico do globo nas próximas décadas não será o crescimento da riqueza, mas sim a distribuição equitativa da riqueza produzida”, o que não acontece no Brasil.

Redistribuição requer, essencialmente, que alguns devem perder e outros devem ganhar. Os investimentos infraestruturais requerem mais recursos para a educação e para a proteção ambiental. E para fazer as coisas essenciais temos de ter partidos e elites comprometidos com a redistribuição, e não apenas por razões de equidade. Temos de ter uma infraestrutura de desenvolvimento e de redistribuição social de renda por fortes razões econômicas, até mesmo para o equilíbrio no sistema de competição capitalista.

Termino fazendo uma referência ao que o prof. Emir Sader disse sobre a Era Vargas. É um texto do sociólogo Luiz Werneck Viana, em que diz o seguinte:

A Era Vargas não acabou, assim como não acabou o impulso que presidiu a construção do Estado Nacional no Império, nem o que estimulou os intelectuais à modernização da Primeira República e menos ainda as aspirações de desenvolvimento econômico dos tempos de JK.

A eventual hegemonia política das elites econômicas de São Paulo — e aqui podemos dizer, aliadas à oligarquia nordestina — não se instituiu no fim da nossa história. E o processo de transição certamente ainda não se perverteu na dissociação de uma democracia política lockeana do processo societal da democratização que há décadas anima o fundo de caldeira que é este país.

Assim não se faz revolução alguma. Não há, pois, o que separe dramaticamente um tempo do outro. A essa altura, já se pode dizer que o específico gênio político brasileiro está em descontinuar continuando, tal como intuiu a tradição clássica do nosso pensamento social, como em Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*. Transformismo ativo em que o termo “mudar”, pelo menos desde os anos 1960, vem-se impondo sobre o termo “conservar” por força da energia dos movimentos dos indivíduos pobres que rompem com o estatuto da sua dependência pessoal e se constituem em portadores de interesses próprios, tentando traduzi-los em direitos e em exercício de cidadania, nisso que vem se traduzindo como a americanização por baixo da sociedade brasileira.

Esse território complexo não é da sociologia dos lugares sociais, mas o da invenção política, herança da qual recebemos a ideia e que se tornou um traço nosso ao cumprirmos uma trajetória que se consultou. O contingente nunca desanimou em superá-lo. As elites dizem que o país concluiu, junto com a transição do autoritarismo, a democracia política, a sua história.

Como não acreditamos no fim da história com essa mera tradição, cabe — agora digo eu — aos sindicatos e aos partidos democráticos de extração popular demonstrar que são elas, essas elites, que chegaram ao seu fim no seu pós-modernismo oco e sem sentido, a não ser para elas,

e demonstrar, enfim, com um voto consciente para formar um Parlamento no século XXI melhor do que este, um Parlamento que todos esperamos que seja melhor, mais autêntico e mais brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Agradeço aos palestrantes a participação nas exposições de hoje. Tivemos uma boa diversidade de pontos de vista aqui, como era realmente o objetivo desta mesa de hoje.

Vamos abrir agora para a participação dos convidados e participantes do seminário. Aqueles que gostariam de fazer perguntas, por favor, dirijam-se ao microfone para tal. Por favor, não se esqueçam de dizer o nome e a instituição a qual estão ligados, a profissão, porque está sendo gravado para a TV Câmara e depois para a publicação dos *Anais* do seminário.

**O SR. PAULO CÉSAR VALENTIM** – A minha pergunta é para o dr. Milton Santos. O meu nome é Paulo César Valentim.

Senhores debatedores, senhores ouvintes, gostaria, inicialmente, de agradecer a todos os expositores, debatedores e organizadores deste seminário pelo excelente nível das ponderações aqui feitas. Não obstante, saliento que a diversidade de assuntos tratados nesta Casa só nos acrescentou conhecimentos. Sabemos que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário devem caminhar juntos, convergindo ideias e tratando dos assuntos sociais de modo a fortalecer ainda mais a democracia instalada desde a década de 1980.

O governo Fernando Henrique Cardoso tem demonstrado bastante sensibilidade às dificuldades sociais, e nesse sentido o poder da imprensa torna-se cada vez mais relevante, pois a imprensa aponta os problemas sociais que ainda existem em nosso país. Todos nós sabemos e podemos apontá-los, mas a maneira como são tratados e resolvidos devem demonstrar responsabilidade e maturidade política, e isso o governo

Fernando Henrique Cardoso tem de sobra. O ministro Pedro Malan apresentou... (*Apupos ao orador.*)

Eu não vim aqui receber palmas. Eu vim aqui fazer a apresentação de defesa, porque temos direito de resposta. Obrigado.

O ministro Pedro Malan apresentou com sapiência que “algumas pessoas dizem que para resolver o problema da nação basta aumentar o salário mínimo, baixar a taxa de juros e não pagar a dívida”. Ora, se caso isso fosse tão simples assim, a ingenuidade seria o presidente da República e a ignorância seria o ministro da Fazenda.

Temos de enaltecer o governo Fernando Henrique Cardoso, que está preocupado, sim, com as elites, com as minorias excluídas, com os bancos, com as empresas, enfim, com todos, mas principalmente está preocupado com 160 milhões de brasileiros.

Para terminar, vou fazer a pergunta para o dr. Milton Santos. dr. Milton Santos, a globalização é um processo irreversível que, de um lado, fragiliza o poder de controle econômico das nações, mas agiliza as relações comerciais na medida em que reforça a velocidade de informações.

Qual a relação que V.Sa. faz entre a globalização e as decisões do Executivo, Legislativo e Judiciário?

**O SR. MILTON SANTOS** – Acabo de receber um exemplar do meu último livro, que se chama, exatamente, *Por uma outra globalização*. Como não vou poder responder sua pergunta mais ou menos fluvial — (*Palmas.*) —, solicito que leia o livro. Depois vou lhe dar meu endereço. (*Palmas.*) Tampouco farei a indelicadeza de não lhe dar uma resposta.

Primeiro, não é a globalização que é irreversível, não há fato histórico irreversível. O que é irreversível é o conjunto de técnicas que se está instalando no mundo, não é a globalização. A globalização já está sendo revertida. Uma análise menos simplista e mesmo tranquila mostra claramente que a globalização está fazendo água, já. É evidente

que o poder que é dado à mídia, essa ditadura da mídia, como jamais houve, deixa pensar que ela é vitoriosa, mas não o é.

Segundo, a conclusão do seu discurso pareceu-me muito interessante, porque é um elogio à globalização, porque ajuda as trocas comerciais. O que faço com as trocas comerciais? O objetivo central é o homem, não é vender e comprar coisas. (*Palmas.*)

Quanto ao exercício do poder, o que a globalização mostra é a incapacidade do exercício do poder por aqueles que aparentemente são eleitos para exercê-lo. Em outras palavras, de que maneira o governo federal governa este país? Ele não governa o país. O país, através dos fragmentos a que me referi, é governado fora, por intermédio das grandes empresas. Se houvesse uma inteligência geral exercida pelas finanças, ela não comanda o país como um todo. Quer dizer, o país é comandado como um todo, como uma consequência do comando das atividades hegemônicas que fazem com que, no caso do Brasil, o Congresso seja o minilegislador diante do Banco Central. (*Palmas.*)

O que é fundamental para a vida da nação, seja dentro do país, seja nas suas relações externas, é ditado pelo Banco Central e não pelo Congresso. Isso é uma aberração, isso nunca houve. A realidade é que a política deixou de ser exercida pelos políticos. Pela sua reação, estou vendo que pediu a palavra exatamente para ouvir isso. (*Palmas.*)

**O SR. PAULO CÉSAR VALENTIM** – Toquei a onça com vara curta, como se diz na gíria.

**O SR. MILTON SANTOS** – A política deixou de ser um fato dos políticos para ser um fato das empresas. Isso é escandaloso. Por sorte, a política se realocaliza na base da sociedade, como foi mostrado aqui suficientemente. Quer dizer, há uma política que se estabelece através do cotidiano, uma nova busca, que é também uma procura das formas positivas legais de se exercer, mas que já está se dando, apesar de aparentemente impotente. Acho que essa é a mensagem que a globalização, tal como é hoje, está mostrando, ao mesmo tempo em que, estando

como estamos conscientes de que ela não é irreversível, poderemos daqui a pouco revertê-la, como faremos daqui a algum tempo.

Quanto ao interesse do presidente da República em relação à população mais pobre e às minorias, francamente desconheço. (*Palmas.*) Só não digo que não é verdade porque aprendi desde menino que não se diz a nenhum interlocutor que ele é mentiroso. (*Palmas.*)

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Próximo inscrito.

**O SR. MÁRCIO RABAT** – Sou Márcio Rabat, da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Gostaria de ouvir do prof. Milton Santos um pequeno comentário, vou fazer uma afirmação do prof. Emir Sader.

O prof. Emir Sader referiu-se à dificuldade que há de comunicação direta entre grupos sociais, porque todos têm de ser mediados pelos meios de informação de massa. No caso, citou uma situação em que, ainda que o Congresso tivesse interesse de colocar a dona de casa em contato com o grevista do gás, essa comunicação não passaria para a população, porque os meios de informação não a fariam. Quero concentrar-me nisso. Não passaria, mesmo que o Congresso fizesse. Isso me surpreendeu um pouco, porque chegamos ao Congresso com uma ideia diferente. É claro que estou perfeitamente de acordo com que a produção do Congresso Nacional reflete, diria, arriscadamente, de uma forma perversa, a correlação de força de um país. No entanto, em relação ao que se diz, ao que se fala no Congresso Nacional, o Plenário do Congresso é muito mais interessante — recebe-se uma variedade de informações muito maior ouvindo o Plenário do Congresso do que os meios de informação de massa, o que seria esperado.

Na minha experiência, tenho a impressão de que se ouve mais do que na própria universidade. Isso é o que acho impressionante. Minha experiência aqui é que temos uma convivência de multiplicidade de posições e até de algumas chances de produção intelectual que muitas vezes temos menos na universidade. Isso me deixa profundamente

preocupado, porque me dá essa impressão de que a produção intelectual não chega a ter efeito.

Gostaria que V.Sa. abordasse essa parte do prof. Milton Santos, porque quero algumas palavras de otimismo. Que V.Sa. me dissesse: não, há caminhos, as coisas estão acontecendo, como acabou de dizer. E para a mesa toda.

**O SR. EMIR SADER** – Os números de desempenho do governo são pessimistas, todos são negativos. Mas há um número otimista, apenas 16% aprovam o desempenho desse governo. (*Palmas.*)

Existe um mal-estar geral na sociedade. Pode não ser muito bem definido. Pode vir de insegurança em termos de insegurança pública, de desemprego, indignação moral em relação ao país, desânimo, desalento, desconcerto. Há um acúmulo de mal-estar enorme no país propício para uma oposição política capitalizar, não as oposições (*ininteligível*), não aquelas que já estiveram no Plano Real e vão simplesmente reciclar as condições do Plano Real para as condições atuais, que é a candidatura Ciro Gomes, para falar muito abertamente, que é o candidato de reciclagem do sistema. (*Palmas.*)

Evidentemente, Fernando Henrique é um cadáver. Fala-se do pós-FHC como se já estivesse no caixão, falta só enterrar. Fala-se com uma desenvoltura impressionante na frente da viúva e do cadáver. A própria elite busca alternativas: parlamentarismo ou Ciro Gomes. O que é mais possível, viável? Hoje há condições no Brasil pelo próprio descontentamento existente. O que a grande imprensa diz? O Brasil está ótimo, crescimento de 4% este ano, condições de retomar o desenvolvimento. Uma série de mentiras em relação ao que foi a realização do plano no ano passado, os índices de hoje, o crescimento econômico sem a retomada do nível de emprego pela modalidade do crescimento e tudo mais. Há um descontentamento generalizado, apesar da campanha reiterada da mídia e dos tecnocratas do governo e dos analistas econômicos. Todos os cronistas econômicos diários da nossa imprensa são ventríloquos do governo. Nenhum deles defende a cidadania. (*Palmas.*)

Uma vez cheguei a perguntar para um deles numa entrevista: “Se você soubesse que o Bamerindus está falido, você diria a seus leitores?” Respondeu ele: “Não, não se brinca com isso”. Claro, ele é solidário com o sistema financeiro, não consideraria nunca os leitores. Há um mal-estar generalizado, e isso é um indício positivo. Há, certamente, disposição de luta por parte de setores importantes da população. Está faltando catalisar em termos de campanha política nacional.

Certamente o voto este ano, já que é um voto e não um plebiscito ao Plano Real, à estabilidade monetária, será um voto majoritariamente opositor; o que é insuficiente. É preciso um projeto alternativo para o Brasil que galvanize esse sentimento geral de descontentamento. Alternativas claro que há.

Os países que conseguiram superar a crise não se renderam ao Fundo Monetário Internacional. A Coreia do Sul, capitalismo independente, recuperou-se por quê? Porque não se ajoelhou totalmente diante do Fundo Monetário Internacional, não assinou aquele acordo indevido, ilegítimo, que o Malan estava assinando enquanto o Fernando Henrique fazia campanha eleitoral com uma mão e com a outra estava assinando acordo com o Fundo Monetário Internacional, sem dizer que estava hipotecando o futuro do Brasil durante seu mandato. A rigor, um ato ilegítimo.

Os países que não fizeram isso se recuperaram. A ideia de que a globalização é inevitável – até 29 é inevitável – deixou de ser pelo grau de crise que causou. Vamos ver se a economia americana vai entrar em crise, se eles vão deixar de ser os grandes aproveitadores da especulação financeira, se não vão voltar com certas formas de regulamentação internacional.

Na verdade, acho que há condições. Esgotou-se a euforia neoliberal. A primeira metade da década passada foi de euforia. A tremenda capacidade de resgatar interpretações globais por parte do pensamento crítico voltou com o livro de Eric Hobsbawm, de François Chesnais, de Robert Brenner, de Giovanni Arrighi, do prof. Milton Santos, a capacidade de chamar as grandes narrativas, porque parece que a intelectualidade aceitava que já não era mais possível.

Não é verdade. Sem se dar conta de qual é o período atual do capitalismo de escala mundial, não é possível pensar na sua superação. Já nem reclamo quando se fala muito de socialismo, reclamo quando se fala de capitalismo, porque é isso que estamos vivendo aqui, agora, capitalismo e imperialismo. A partir do anticapitalismo é que se estão gestando as possibilidades de superação desse sistema.

Acho que tem de ser pessimista para ser realista. Mas a partir das condições objetivas que temos hoje, um certo mal-estar geral que há na sociedade, acho que há perfeitamente condições para uma posição radical do tamanho da radicalidade que o Brasil precisa. (*Palmas.*)

**O SR. MILTON SANTOS** – Vou dar só uma palavrinha sobre universidades. É verdade que a universidade está falhando com seu dever em relação ao país. Mas também é verdade que a universidade nunca existiu como sendo a fábrica do pensamento crítico. O que é fundamental é que dentro da universidade algumas pessoas são autorizadas a ter o pensamento crítico e não sejam punidas por terem um pensamento crítico.

No caso brasileiro, mesmo nas principais universidades, vemos uma certa dificuldade sobre a vivência dos que têm um pensamento crítico.

Segundo, em um tempo e em um lugar, foi a maioria dos professores que saiu na frente da interpretação veraz da sociedade e da análise que conduz à crítica? Nunca houve isso. Sempre foram alguns. No caso brasileiro também é assim, em que esses alguns são mais numerosos do que se pensa, porque somente alguns de nós têm os holofotes da mídia, poucos de nós, o que é um sintoma, a despeito de a mídia ser como é, têm uma audiência que é difusa, mas que é importante e real.

Fico à vontade para falar de mim mesmo, porque o mesmo deve acontecer a Emir Sader. Não passa um dia em que não tenha eu um convite para ir aqui ou ali conversar com gente da universidade, da vida civil, da vida artística, da vida religiosa. Prova de que as ideias são geradas na universidade, mas não pela universidade, porque somos pagos para apenas fazer isso. É uma profissão, não há amadorismo no trabalho

do intelectual. É também um profissional dessa atividade, porque foi treinado para isso, e é por isso que acaba podendo exercer corretamente essa função. Está cumprindo esse papel no Brasil com a maior dificuldade, porque o Brasil nunca apreciou muito seus intelectuais.

Os partidos têm enorme dificuldade para tratar com eles, inclusive os de progresso, porque não entendem muito bem qual é o papel do intelectual, porque desejariam que os intelectuais fossem caudatários, estivessem permanentemente a serviço das conjunturas, que são tão corruptoras de um pensamento livre.

Mas, a despeito de tudo isso, no Brasil a produção de um pensamento alternativo com certo poder perante a sociedade veio expandir esse poder e vai aumentar muito mais, porque o plano inclinado do entendimento do que é nação inclinou-se de forma extremamente forte nos dois últimos anos. Quer dizer, esse caldeirão, que foi aqui referido, que é a sociedade brasileira e a interpretação do que está subterraneamente se dando, que desafia inclusive o encontro das palavras que o exprimam, tudo isso recebeu um empurrão extraordinário nesses dois últimos anos. Não é muito medido esse fenômeno, porque se prefere falar na violência, na corrupção. Mas, ao lado de tudo isso, há também a produção de uma outra vontade de construção de um país que muitos intelectuais cada vez mais exprimem.

O que teremos de solicitar do Congresso e dos legisladores é que barrem as possibilidades de limitação da liberdade do exercício de ensinar, de pesquisar, de se exprimir de alguns dos professores que têm uma enorme dificuldade com os seus colegas.

As dificuldades que temos, os homens livres, na universidade, em relação a um bom número — certamente, a maioria dos colegas — é exatamente essa multiplicação de normas, regulamentos, de pró-reitores. Os pró-reitores são os indivíduos que não têm o que fazer e são encarregados de fazer e impor normas ao trabalho dos outros. E são exatamente as pessoas que buscam limitar o exercício pleno da capacidade de pensar.

Então, você que parece que é deputado, não é? Mas pode vir a ser um representante por Ilhéus, desejo muito que venha a ser. Acho que o recado que a comissão deve entregar ao dr. Temer para que S.Exa. distribua aos seus 520 colegas é este.

**O SR. EMIR SADER** – Só para um breve comentário. O prof. Milton Santos disse que ninguém disse bom-dia à nação. Para falar a verdade, o que é grave é que a Globo, todo dia, pela manhã, diz: bom dia, Brasil. Quer dizer, ela institui o Brasil que ela quer e cumprimenta esse Brasil (*palmas*) — o Renato Machado, em nome do dr. Roberto Marinho. (*Palmas.*) Mas o que quero comentar é a seleção do que é importante também, se é um negócio otimista, depende do que a imprensa diz que é importante. Hoje há um comentário de Márcio Moreira Alves, que diz que a maioria esmagadora dos correspondentes estrangeiros anteontem não se preocuparam com o bate-boca dos dois ladrões do Senado. A preocupação deles não era essa. Que político latino-americano é corrupto, isso não é novidade. A notícia essencial no Brasil, qual foi? A notícia essencial foi a das 10 mil pessoas concentradas, manifestando-se diante do julgamento de José Rainha, e a sua absolvição. Isso foi o que a imprensa internacional destacou no Brasil. Quer dizer, depende, então, do que é selecionado como questão essencial. Ela selecionou aquilo lá, porque é um pouco de circo, desvia a atenção, não sei o quê lá. É picante, notícia da qual não se tira nenhuma conclusão, porque não é novidade saber as acusações de um ou de outro, tudo mais. Mas, na verdade, o que foi essencial ali foi que 10 mil pessoas estavam ali. Que deputado, que político brasileiro mobiliza 10 mil pessoas no seu julgamento? (*Palmas.*) Então, é uma coisa diferente.

Há elementos de otimismo que a imprensa joga para baixo: nem sequer as cenas. Cadê os 10 mil comemorando? Tinha fotografia no dia seguinte? Mas é legal ver Evandro recebendo um beijo de José Rainha. É legal ver as pessoas chacoalhando, jogando o José Rainha para cima, em Vitória, no meio da rua, em uma cidadezinha pequena e tudo mais. Reunir 10 mil pessoas hoje não é fácil. E se reuniram durante alguns dias. Eram camponeses que foram até andando, saíram andando de volta. Essa era uma notícia importante.

Então, o otimismo depende do que a imprensa nos apresenta. Com essa elite não se tem muito o que fazer. Fernando Henrique, com a autoridade dele, diz que, apesar de tudo, para o bem do Brasil, é preciso aliar-se a essa elite. Aí joga para baixo a autoestima brasileira, mesmo. (*Palmas.*)

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Próximo inscrito.

**O SR. CÍCERO SANDRONI** – Acho que o tema, agora, neste momento... o prof. Milton quer falar?

**O SR. MILTON SANTOS** – Não, não.

**O SR. CÍCERO SANDRONI** – [...]passou a ser a imprensa brasileira no século XXI e não no Parlamento. E, como sou um elemento da imprensa, gostaria de dizer duas ou três palavras sobre isso.

Primeiro, acho que o prof. Emir Sader exagerou um pouco ao dizer que todos são ventríloquos. Não são, alguns não são. Ele mesmo escreve no jornal *O Globo*, participa do programa da GNT — não é? —, do jornal, e é sempre brilhante. Eu poderia citar 10 ou 15 jornalistas, que escrevem, como Jânio de Freitas, como o Carlos Chagas, como o próprio Márcio Alves, como Villas-Boas Corrêa (*palmas*), e que não são ventríloquos.

A imprensa hoje permite a uma pequena parcela de seus membros jornalistas escrever algumas coisas que não estão de acordo com a orientação editorial do jornal. E isso até por uma razão de sobrevivência, porque sabem que o leitor também vai fazer a sua escolha, e é bom ter sempre aquele tempero, digamos assim, esquerdista ou oposicionista, nas folhas para até camuflar um pouco essa adesão completa e absoluta que existe.

Quanto à falência do Bradesco, se o prof. Emir Sader souber e me contar, eu publico no dia seguinte. (*Risos.*) Ah, o Bamerindus! Qualquer falência de banco, isso é importante para se publicar.

Acho realmente que a imprensa está em um beco sem saída e controlada. E não só é controlada por grupos nacionais como está ameaçada, agora, de ser controlada também por grupos internacionais, com

essa lei que está aqui no Congresso e já foi aprovada em comissões da Câmara, que abre 30% do capital das empresas jornalísticas brasileiras aos grupos internacionais. Isso realmente é escancarar! Sabemos que a imprensa está toda entregue, mas agora querem escancarar da maneira mais — desculpem a expressão — idiota possível, porque a legislação prevê 30% do capital das empresas. Quer dizer, os grupos internacionais vão controlar mais ainda essas empresas com uma participação minoritária no capital.

Até ouvi meus colegas jornalistas dizerem que “não, vai melhorar a situação, porque vai entrar dinheiro”. Isso é uma ilusão, porque o capital das empresas é muito pequeno. Se formos ver as atas de formação dessas empresas, o capital delas é muito pequeno. Então, esses 30% vão comprar jornais e televisões, especialmente no interior do país, por preço de banana, e vão controlar, porque a partir de 30% há contratos de publicidade e contratos de controle das empresas. Realmente, vai ser a entrega total e absoluta. E mesmo esses — desculpem a expressão — gatos pingados, que ainda continuam insistindo e opondo-se a tudo isso, vão ter as suas colunas fechadas.

Gostaria de dizer também que não sou inteiramente pessimista com relação a isso. Carlos diz que só existem dois tipos de pessoas: os pessimistas e os mal-informados. Prefiro passar por mal-informado e tentar uma saída. E a saída é a imprensa comunitária. (*Palmas.*)

Hoje existe um sem-número de jornais de grupos, associações, ONGs, igrejas, bairros. Até digo que cada um tem de fazer o seu jornal em casa, o jornal da família, para transmitir notícias para a família, opiniões, e discutir. Quer dizer, é uma forma de criar uma rede capilar de imprensa, no sentido de fazer com que a boa informação e a opinião circulem. E é uma forma de resistência.

Mas gostaria de perguntar a quem nos perguntou: como é que vai o *Jornal da Câmara* e o *Jornal do Senado*? Como vai a TV Câmara e a TV Senado? Participei de uma mesa, lá em Porto Alegre, em que diretores de informações da Câmara e do Senado diziam que a grande imprensa não dava o noticiário da Câmara e do Senado. Então, resolveram fazer

os jornais da Câmara e o do Senado e uma TV da Câmara e outra do Senado. E contavam que já têm 40, 50 mil exemplares, e são jornais que informam sobre esse tipo de atividade de que você nos estava falando, como as reuniões das comissões, discussões em plenário.

Certamente não dará — imagino que não — um alto debate sobre os problemas nacionais ocorridos ontem entre os senadores Jader Barbalho e Antonio Carlos Magalhães, que foi muito bom, porque demonstrou que em uma discussão assim os dois tinham completa razão. Os dois estavam plenos de razão. Enfim, como vai a imprensa da Câmara e a do Senado?

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – O próximo inscrito, por favor.

**O SR. SÉRGIO MAICON BEZERRA TORQUATO** – Meu nome é Sérgio Maicon...

*(Intervenção inaudível.)*

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Está certo. Acolhendo a sugestão do público, vamos fazer uma rodada de perguntas, pelo menos quatro perguntas em conjunto, agora. E depois a mesa responde, está ok? As pessoas que desejam falar levantem a mão, todas ao mesmo tempo, agora, para termos uma ideia. Está... lá atrás, lá em cima há mais uma pessoa, três pessoas aqui, e mais o senhor. E tem uma pessoa já aguardando para fazer perguntas. Então, tenho a impressão de que já consegui ver todo mundo. E as meninas, por favor, chamem a atenção delas aí.

**O SR. SÉRGIO MAICON BEZERRA TORQUATO** – Sim, meu nome é Sérgio Maicon. Gostaria de saber da mesa por que o governo — e não só o nosso — prioriza tanto o lado econômico em detrimento da própria qualidade de vida do povo.

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Está certo. Vamos pegar uma pessoa do lado de cá, agora. Não sei se as meninas sabem... Acho que a Lígia tinha alguém inscrito há mais tempo, não é? Sim.

**O SR. JORGE MOTA** – Bom dia a todos, em especial aos membros da mesa, que nos brindam com esta palestra aqui, hoje. A minha pergunta é a seguinte. Quando passamos os olhos sobre a história política, econômica e social do Brasil, observamos que o nosso país não é independente ainda. Entendem? Trabalhamos para produzir riqueza para os outros. O Brasil sempre viveu para produzir riqueza para os outros. Essa é uma característica de um país colonizado, ou seja, não somos independentes ainda. Então, qual seria o processo para chegarmos a essa independência, desde que trabalhamos muito, produzimos muito? O Brasil é um país continental, um país rico, e desde sempre vivemos para produzir para os outros. A nossa riqueza é espoliada, ela sai do país com a conivência da elite brasileira e com a subserviência da classe média.

A classe média é a que trabalha, é a classe que gerencia a produção, os processos. Os trabalhadores estão subordinados aos membros da classe média. A classe média é que tem consciência: são os professores, os cientistas, os intelectuais, os gerentes das empresas. Essa classe média tem feito o papel do antigo capitão-do-mato. Quer dizer, ela oprime o trabalhador, exige do trabalhador. A classe média é a formadora de opinião.

Temos um Executivo que sempre foi subserviente aos interesses internacionais. O Parlamento também sempre teve essa linha de atender ao Executivo. Quer dizer, o Parlamento brasileiro, principalmente no atual momento da cultura política, não tem voz, não consegue impor-se, é subserviente aos interesses do Executivo. Vimos aqui, no Congresso, parlamentares brilhantes, inteligentes, com discursos muito bonitos, mas a prática é outra, estão entendendo?

O Brasil é uma nação rica, um país rico. Temos aqui povos que vieram de todo o mundo, quer dizer, a inteligência pulula no Brasil. E por que não conseguimos romper — romper! —, não conseguimos sair desse processo? Quer dizer, o Brasil continua subserviente ao capital internacional, às grandes potências.

Qual seria o caminho para conscientizarmos a classe média e fazermos um movimento para conscientizar a população brasileira sobre a dependência? Temos de valorizar a nossa terra, o nosso povo. Dá dó vermos o povo brasileiro, a classe média com vergonha de ser brasileira. Os jovens têm vergonha de serem brasileiros. Então, como é que vamos conscientizar essa classe média? Qual o processo para nos tornarmos independentes?

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Por favor, não se esqueçam de dizer o nome e a profissão na hora de fazer as perguntas. E vamos procurar ser bem objetivos, porque há bastante gente querendo falar hoje.

**O SR. JORGE MOTA** – Meu nome é Jorge Mota, sou assessor do Sindilegis.

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Está ok. Agora, lá em cima tem outra pessoa inscrita.

**O SR. FABRÍCIO LIMA SIMOR** – Meu nome é Fabrício Lima Simor e sou universitário da Universidade de Brasília, do curso de Arquivologia, e estou atualmente estagiando na Subsecretaria de Arquivo do Senado.

Minha pergunta é com relação ao plebiscito. Quando haverá um outro plebiscito e o que está sendo planejado para a mudança de governo? Fica aberto para a mesa.

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Está ok. O próximo inscrito.

**O SR. PAULO ROBERTO GUIMARÃES** – Pediria bastante atenção, porque vou fazer uma denúncia bastante grave. Eu não ia falar, mas falou-se na sensibilidade do governo Fernando Henrique. Então, senti-me na obrigação de fazer esta denúncia.

Os senhores observaram que há uma mudança no panorama. O senhor, que é geógrafo, então, seria interessante observar que há uma mudança

no panorama das construções civis no Brasil. Elas já estão sendo adaptadas para cadeiras de rodas, com rampas. Então, houve uma mudança, porque houve um trabalho incrível, na Constituinte, dos portadores de deficiência. E houve um debate, aqui, sobre exclusão, e os deficientes foram excluídos do debate. Não tenho nada contra a questão da Câmara. A Câmara não fez isso por falta de observação. Ela fez isso porque realmente os deficientes desapareceram da discussão política, dado o massacre que o governo Collor e, pior ainda, o governo Fernando Henrique Cardoso fez da nossa questão.

Nosso trabalho foi destruído no Ministério da Cultura com requintes de crueldade. Fomos expulsos da nossa sala no Ministério da Cultura. E todo o nosso material histórico, que era a história do movimento dos deficientes, foi encaixotado rapidamente. Essa foi a sensibilidade que esse governo teve para com os portadores de deficiência.

Gostaria que isso ficasse registrado, porque... Bom, sem comentários. Era só isso que queria dizer para os senhores. Desaparecemos do cenário. *(Palmas.)*

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Vamos encerrar esta primeira rodada de perguntas e passar aos comentários da mesa.

*(Intervenção inaudível.)*

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Já que você insiste, vamos para mais uma pergunta, antes dos comentários da mesa.

**A SRA. MARA LÚCIA AMORIM MARÇAL** – Muito obrigada. Meu nome é Mara Lúcia e sou estudante de Geografia. A minha pergunta é para o prof. Milton Santos.

Professor, na transformação desse espaço o homem também é transformado, o ser humano também é transformado. Essa futilidade a que estamos assistindo, essa confusão entre o público e o privado não é um sinal claro da forma arcaica como estamos mantendo, vamos dizer, uma realidade paralela, essa da política e a do mercado? Ou seja, existem tentativas internacionais, por parte pelo menos da Organização

Mundial do Comércio (OMC), de transformar esse comércio, o mercado financeiro ou as leis de mercado nos verdadeiros e completos gestores do mundo atual, inclusive das leis sociais? Ou seja, uma tentativa que aconteceu no passado, mas que não deu certo por questões óbvias, parece que hoje algumas pessoas querem ressuscitar.

Quero perguntar a V.Sa. se não é claro que temos, então, uma tentativa de manter um *status quo* que permita simplesmente uma conservação de poder e de concentração de renda por parte das elites, não só brasileiras como internacionais.

Acredito que corrupção não é uma característica latina. Para mim a corrupção é algo mundial. Principalmente a classe política mundial, infelizmente, sofre desse mal, inclusive no Japão, que tem uma cultura em que o corrupto se mata, há esse problema. Mas aqui no Brasil, não. Graças a Deus o pessoal ainda acredita na possibilidade de o ser humano sobreviver a essas leis impostas.

Então, quero perguntar a V.Sa. qual a possibilidade de esclarecermos a humanidade partindo aí desses locais, pelo menos do local em que eu possa atuar como professora, de esclarecer que estamos simplesmente arcaicos? Ou seja, é necessário, então, buscar, nessa transformação do espaço, o lugar do ser humano, antes que ele seja esquecido? Antes tínhamos a crítica, principalmente por parte de Charles Chaplin, naquele filme em que ele disse que o ser humano se transformaria em uma peça daquela grande máquina. Hoje, vemos que, com o medo do desemprego e de tudo isso, o ser humano está buscando transformar-se em uma máquina.

Ele falou sobre as universidades. Sentimos muito isso, de ensino voltado para o mercado de trabalho. Quer dizer, há uma lei de mercado dentro da universidade, perfis sendo buscados pelas universidades. Quer dizer, vamos preparar os indivíduos para quê? Para que eles pensem, para que eles produzam, ou para que eles pensem só para produzir?

Só queria conhecer o seu posicionamento. Também quero dizer que tenho muita honra de estar aqui junto ao senhor, nesta distância

pequena. Sou sua admiradora, leio muito seus livros. Gostaria que o senhor me dissesse o que aqui, no meu local, posso fazer. Como podemos dizer a essa juventude que está totalmente sem perspectiva, sem esperança, que podemos trabalhar com essa vontade, com essa coisa arcaica e com essa outra realidade nova, colorida, tecnológica e, vamos dizer assim, atraente?

Muito obrigada.

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Com a palavra o sr. Milton Santos.

**O SR. MILTON SANTOS** – Eu agradeço a Mara Lúcia pela delicadeza das suas questões.

Creio que o que temos de fazer, diante dos estudantes, é brindá-los pela vontade de análise. Acho que é esse o principal trabalho. Penso que as aulas não podem ser fáceis, mas não precisam ser muitas também. Desconfio de professor que dá muita aula, acho inteiramente desnecessário. Creio que os cursos podem ser dados em torno de três ou quatro temas durante todo o ano, mas que haja uma forte vontade de análise.

A partir das suas exclamações, vou retomar os outros itens fazendo uma espécie de mea-culpa, uma crítica e autocrítica das ciências sociais latino-americanas, que acho não serem latino-americanas.

De modo geral, as nossas ciências sociais são extremamente copadoras, primeiro da Europa e agora dos Estados Unidos. E uma dessas cópias é a que entronizou a classe média como sendo um espaço dinâmico da sociedade, porque isso aconteceu na Europa. Então, os nossos sociólogos passaram a repetir isso, porque estava escrito nos livros dos seus professores, ou apresentavam ressalvas, porque a colaboração internacional entre intelectuais é, em abundância, feita de subserviências para publicar, para aparecer, para viajar, para estar presente. Há um modelo de subserviência muito grande, que, aliás, é hoje estimulado pelas universidades. Muitas universidades são, digamos, fábricas de cretinos, porque estimulam os professores a serem subservientes. E uma dessas subserviências é o modelo intelectual, é o modelo de pensamento.

A classe média brasileira representa essa tranquilidade com a qual se exerce a crueldade dentro do país. Parece-me que isso não é suficientemente analisado. Aparece como um escândalo quando se diz isso, porque todas as análises são de cordialidade das pessoas, fato que jamais existiu. Poucas sociedades foram realmente violentas na construção da História como a brasileira.

E aí chega a globalização para responder à outra pergunta. A globalização grava essa visão extrovertida do mundo — ela convida a ser. Ora, não há país, digamos, mais sequioso de ser moderno do que o Brasil; provavelmente a Venezuela, um pouco. Mas o Brasil é louco por modernidade. Então, qualquer que seja a modernidade, nós a queremos.

Por exemplo, eu estava aqui e ouvi muita gente deixar seus aparelhinhos de celular soarem enquanto outros falavam, o que representa uma enorme grosseria com quem está falando, mas dá ao seu portador a sensação de que está sendo moderno. (*Palmas.*) O sujeito que tem um celular e o deixa gritando é um “moderno”. E essa é um pouco a vocação irreprímível das elites brasileiras e daqueles que pautam o seu cotidiano.

Então, essa dependência externa acaba justificada com a globalização. Esse é o tema central. E isso vai ajudar a responder aquilo que um outro colega levantou a respeito desse descuido do homem. Esse abandono da ideia de homem é que faz com que os políticos de todos os partidos brasileiros sejam incapazes de falar do modelo de civilização. O debate não começa com o modelo de civilização; começa depois ou antes do modelo de civilização, mas não no modelo de civilização, porque isso parece perder tempo.

Os homens dos partidos, sejam quais forem — incluo todos aí, inclusive os partidos do progresso —, consideram o debate civilizatório excessivo porque é complicado, porque todos estão querendo eleger-se. A preocupação essencial é muito mais eleitoral do que política. Essa é também uma das razões pelas quais a centralidade do homem talvez perca frente para a centralidade do dinheiro ou das coisas materiais. (*Palmas.*)

**O SR. EMIR SADER** – Gostaria de tecer comentários sobre uma das questões levantadas sobre queima de documentos, de patrimônio e da recente trajetória do Brasil.

É preciso verificar que dá para resumir a hegemonia ideológica neoliberal, pós-moderna, como se queira dizer, mas sem deformá-la, em três itens básicos. Primeiro, a ideia de que a nossa sociedade não tem história. Tiveram história. Hoje a nossa identidade é contemporânea. Então, a história não tem importância. Segundo, são histórias sem sujeito, que são comandados por um capital desenfreado, em escala mundial, e não se tem controle sobre ele. Depois, o conhecimento sem a noção de verdade. Então, é óbvio que eles queimem o passado.

Sobre esses tais 500 anos... infelizmente chego às vezes ainda a escutar a “descoberta do Brasil”. Não se trata de um problema de fetichismo da palavra, mas chega dessa história de descobrimento. Há cinco séculos da colonização ibérica na América Latina já se desmascarou essa ideia. De qualquer maneira, essa data poderia ser fundamental para discutir a nossa identidade. Mas não se discute mais o Brasil, não se discute o país, nem nas campanhas eleitorais. Não se discute o Brasil, discute-se a economia brasileira; não se discute a economia brasileira, discutem-se as finanças do Brasil; não se discutem as finanças do Brasil, discute-se a conjuntura financeira brasileira. Estreita-se o horizonte do debate.

Nesses 500 anos — é boa esta iniciativa aqui —, este governo com tantas iniciativas poderia fazer algo importante, ao invés de o senhor ministro Rafael Greca levar sambista para dançar em Roma como se isso fosse a maior atividade externa, ou a maior quantidade de recursos para essas atividades tivesse sido destinada a uma empresa de cuja diretoria, por sinal, o filho do presidente da República faz parte, para exercer uma atividade em Hamburgo, na Alemanha. Tem sentido uma coisa dessa?

Deveria ter sido uma atividade interna para discutir a nossa identidade, a nossa história, o nosso sujeito, a nossa trajetória, o nosso conhecimento. A nossa história está sendo queimada. Se for no governo atual,

queimada por intelectuais formados na Universidade de São Paulo, ou pelo menos sob a sua égide, o que é uma maneira de destruir o passado para não poder julgar o significado do presente, a fim de que o país efetivamente não tenha futuro e deixe de ser minimamente um projeto de nação. (*Palmas.*)

**O SR. CÍCERO SANDRONI** – Acho que o que foi dito pelo nosso companheiro realmente é da maior gravidade. O prof. Emir Sader analisou muito bem o problema. Quer dizer, essa queima de arquivo, queima da história, foi realizada de maneira — vou dizer uma palavra forte — nazista por professores que vieram da USP, de São Paulo.

Tenho a impressão de que não só querem queimar todo o processo, toda a história da luta dos deficientes físicos, como também toda a história do Brasil — a história recente do Brasil. Desculpem a expressão, mas querem transformar todos os brasileiros em cegos, mudos e surdos, deficientes físicos. Essa realmente é a intenção de um governo cujo ministro da Cultura, em seis anos de mandato, só fez trabalhar contra a cultura brasileira. Esse depoimento mostra apenas a ponta do *iceberg*.

Em verdade, a administração da cultura no Brasil foi a mais desastrosa, a mais prejudicial de toda a história brasileira, de toda a história da intervenção do Estado brasileiro na cultura.

Acho que esse seu depoimento tem de ficar nos Anais e com grande destaque. (*Palmas.*)

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Quero informar a todos que esta será a última rodada de perguntas. Em função de compromissos dos professores, vamos ter de encerrar logo esta última mesa de hoje do seminário.

Quais são os inscritos, por favor? (*Pausa.*) Podem entregar seus nomes aqui por favor. Não se esqueçam de escrever o nome e a profissão, por favor.

Se a plateia permitir, também farei uma pergunta no final.

**A SRA. CRISTINA HELENA MENDES** – Meu nome é Cristina, a minha profissão é desempregada, porque, afinal de contas, faço parte do Brasil.

A minha pergunta é para o dr. Emir, porque ontem, na parte da manhã, tive uma troca de gentilezas com o deputado José Linhares, do PFL. Falei mais ou menos o que o senhor disse. Ele me perguntou se eu fechasse o Congresso, quem eu colocaria no lugar dele. Eu disse que ninguém. Fui muito criticada, muito elogiada. Isso faz parte da nossa, como posso dizer — acho que não é democracia —, vida.

Ele me disse que, se eu fechasse o Congresso de repente, voltaríamos para uma ditadura. Disse a ele que estamos numa ditadura, ditadura disfarçada, um pouquinho enrolada, mas estamos nessa ditadura. Quero saber a posição do senhor, se estamos realmente nessa ditadura. Se não é uma forma de ditadura, tudo é jogado garganta abaixo para que todos engulam, seja com farinha e água, ou não. Se estou errada, de repente...

**A SRA. MARIA VILMA DE ARAÚJO** – Bom dia para a mesa, bom dia para todos os ouvintes. Meu nome é Maria Elvira de Araújo, presidenta do PSDB de Ceilândia, mas também trabalho na área da saúde.

A minha pergunta é para a mesa. Vou deixar um pensamento para esta Casa. Nosso pensamento é um livre-arbítrio que Deus nos deixou, e os nossos pés caminham onde queremos andar, em nossas atitudes, em nossos gestos.

Aos parlamentares, gostaria de dizer aos cientistas e analistas que se preocupassem com os livros que vão continuar escrevendo, que deixassem um raio X para os que querem ser candidatos com honestidade, solidariedade e sinceridade para o povo que está aí e para os vindouros.

Que caminhemos juntos com o pensamento dos conselhos participativos do povão. Que continuassem na jornada das famílias para que se reunissem com os seus filhos e não deixassem as máquinas toma-

rem conta deles. As palavras tecnologia, mídia e globalização ainda são assustadoras, principalmente para mim que sou mãe e avó.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. JOSÉLIA DA SILVA ALMEIDA** – Boa tarde para todos, especialmente para a mesa. Meu nome é Josélia, sou aluna de pós-graduação na UnB e trabalho aqui na Câmara dos Deputados.

Minha pergunta é dirigida ao prof. Milton Santos. Como é sabido, os meios de comunicação, em sua maioria, são controlados pelas transnacionais. Gostaria de saber como o senhor vê essa onda de moralização que está vigorando na mídia, principalmente via TV Globo, em que são divulgados escândalos defendendo uma suposta moralização pública.

O embate entre o senador Antonio Carlos Magalhães e o presidente nacional do PMDB, Jader Barbalho, também se pauta por essa suposta moralização pública. Por que estaria essa força que controla os meios de comunicação atuando nesse sentido, uma vez que é sabido que existem várias irregularidades no processo de privatização das empresas nacionais e ninguém toca nesse assunto?

Muito obrigada.

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – O próximo.

**O SR. SÉRGIO VIEIRA** – Meu nome é Sérgio Vieira e trabalho na Liderança do PDT na Câmara dos Deputados. Não quero fazer uma pergunta, mas apenas uma rápida explanação.

O jornalista e prof. Emir Sader disse que todos os jornalistas econômicos são ventríloquos do governo. E penso que ele tem razão. O prof. Cícero Sandroni realmente revelou nomes que não seriam ventríloquos do governo, mas que não são especificamente analistas econômicos.

De fato, os nomes dos jornalistas da área econômica são real e praticamente todos ventríloquos da ideologia neoliberal. Alguns poucos discordam do pensamento do governo, como Aloysio Biondi, e não mais fazem parte da chamada grande imprensa.

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Mais alguém?

**O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS RIBEIRO DA SILVA** – Eu sou professor, escritor, cientista, filósofo...

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Seu nome, por favor.

**O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS RIBEIRO DA SILVA** – Primeiro, falamos sobre o cidadão. Depois, quem é o cidadão: Francisco das Chagas Ribeiro da Silva.

É pena que o nosso jurista não tenha ouvido as palavras da nossa cidadã da Ceilândia. É que temos um pai maior. E não vá pensar que este pai maior não está nos vendo e nos ouvindo, como ela disse. Porque vejam, pensem, reflitam e analisem o que ela disse. Ela disse livre-arbítrio. Como um pai conhece um filho? Pelo seu livre-arbítrio. Como vamos conhecer a nossa identidade interior? Pelo nosso livre-arbítrio. Como vou conhecer o coração desse magnânimo prof. Milton, que está com medo. Disse de sua vernácula falação aqui.

Pode ser brincadeira, mas tem nativo de terceira geração aqui, cuja avó foi pega a laço ainda na cidade de Crateús, Ceará. E um dos grandes mandatários de lá fez este ser que aqui está, adotivo, assim como José adotou Cristo. Ele simboliza todos nós aqui presentes. Ter-nos adotado, assim como ele... E o nosso jurista, Antônio Paulo de Medeiros... Minha pergunta é sobre globalização, simplesmente. O que entendo sobre globalização do macro e essa globalização do micro, de que ela diz estar com medo? É simplesmente um *chip* nosso para exteriorização. A globalização já existe há muito tempo. Agora existem as crenças intelectuais dessa globalização. É isso para nós mesmos. Conhecemos essa globalização no macro, e o micro somos nós. Então, pergunto para cada um de vocês: quem são vocês, quem somos nós nesse macro do mundo? (*Palmas.*)

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Mais alguém deseja se inscrever?

Peço permissão a vocês para fazer uma pergunta, porque também sou participante deste seminário.

Tenho uma angústia. Fazemos uma crítica da imprensa, uma crítica do Parlamento, mas por pior que sejam ainda têm algum papel a cumprir na construção dessa ainda nascente democracia brasileira. E, dentro desse processo de globalização em que vivemos, cada vez mais percebemos que essas instituições fundamentais estão perdendo a capacidade e a autonomia que poderiam ter.

Então, só queria citar um exemplo, como profissional. Trabalho na Consultoria Legislativa da Câmara na área de relações internacionais.

O governo brasileiro está assinando, desde 1994, acordos internacionais de promoção e proteção de investimentos em que se dá ao investidor estrangeiro tratamento nacional e total liberdade de transferência de capital. E, caso haja controvérsia com o Estado brasileiro, ele vai poder escolher se irá resolver essa controvérsia na jurisdição nacional ou no Tribunal Internacional de Arbitragem.

Como cidadã e como profissional, esses acordos me parecem completamente absurdos.

Mas o Congresso Nacional começa a ficar impotente. A cada dia fica mais difícil para o Congresso Nacional, uma das instituições de controle e fiscalização da população sobre os atos do Executivo, resistir a esse rolo compressor da política, a esse discurso globalizante que me parece mais um projeto político do que um processo histórico.

Gostaria que a mesa comentasse sobre esse tipo de ato que vem sendo assinado, essa normatização internacional para reger a economia brasileira.

**O SR. JOSÉ ABRÃO MARTINS BOGÉA** – Meu nome é José Abrão Martins Bogéa, sou filiado ao Sindicato dos Escritores do Distrito Federal.

Recordo-me de que, no dia da sessão inaugural, o prof. Carlos Guilherme Mota, da Universidade Mackenzie de São Paulo, liberou os assistentes para fazer perguntas sobre “Os sete descobrimentos do Brasil”. Ele falou sobre a monarquia. Estive presente naquela oportunidade, assim como outros companheiros escritores que falaram sobre alguns

aspectos da monarquia. Mas agora estou tendo a oportunidade de recordar que, ainda no ano de 1985, muito antes de os parlamentares...

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Desculpe-me interrompê-lo. Peço a V.Sa. que faça a sua pergunta, porque o dr. Emir Sader terá de se retirar.

**O SR. JOSÉ ABRÃO MARTINS BOGÉA** – ...Constituintes daquela época elaborarem algum projeto a respeito da monarquia, fui incumbido pelo saudoso e inesquecível senador Alexandre Alves Costa de elaborar o Poema dos Monarcas.

Muita gente me pergunta: quem mandou você fazer poema para os monarcas? Quem me pergunta são os meus colegas do Sindicato dos Escritores, nos debates e reuniões, principalmente no tempo da monarquia — monarquia que eu digo, para ficar bem explicado, era quando se falava na monarquia nas eleições do plebiscito em 1992. Então, os colegas argumentavam: “Abrão, quem foi que mandou você fazer poema para os monarcas?” E eu dizia: “Olha, essa é uma história que um dia, se alguém me der a oportunidade de me expressar em público — como estou tendo agora —, vou explicar”. (*Palmas.*) Na Primeira Conferência Nacional de Cultura, não me deram oportunidade. Se me deram, houve alguém, não entre os meus colegas — não sei se foi primo, não sei quem foi...

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Amigo, sinto muito. Franquearei a palavra ao senhor após a fala do prof. Emir Sader, porque ele terá de se retirar. O senhor terá todo o direito de concluir o seu pensamento após a fala do prof. Emir.

**O SR. JOSÉ ABRÃO MARTINS BOGÉA** – Serei breve. Permita-me continuar.

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Não será possível.

**O SR. EMIR SADER** – Farei um breve comentário a respeito de estarmos ou não numa democracia.

Podemos expor a questão da seguinte forma. Saímos da ditadura e passamos ao regime atual e as grandes estruturas monopólicas foram desarticuladas. O Brasil é mais democrático em termos de meios de comunicação, de propriedade da terra, de grandes corporações nacionais e multinacionais? Certamente não.

O regime pós-ditatorial codificou e institucionalizou as estruturas de poder que estiveram vigentes durante a ditadura. Existe um estado de direito, mas limitado. Não há estado de direito além, como diz o prof. Paulo Sérgio, de vinte quilômetros das grandes cidades brasileiras.

Para a massa da população pobre não existe segurança pública, a polícia é um instrumento de ameaça, de violência e de extorsão, e não um instrumento de proteção dos direitos. Temos um frágil regime institucional que precisa ser aperfeiçoado.

Agora sobre o fato de fechar ou não o Congresso Nacional, ou coisa dessa ordem, eu acho que este Parlamento está sabotando, desmoralizando a democracia. Precisamos muito do Congresso, mas muito distinto do atualmente existente. (*Palmas.*) Não podemos sofrer essa chantagem de que é preferível um Congresso desmoralizado e desmoralizador como esse a nenhum Congresso. Então, eles vivem como chantagistas da possibilidade de que este Congresso seja fechado. Na verdade, estão preparando as comissões.

De tal maneira que o presidente da República disse textualmente outro dia numa entrevista: “Gosto do Fujimori. Ele mudou o Peru, ele faz as coisas sem ilegalidade”. Quer dizer, um ditador peruano que fechou o Congresso, a Justiça e nomeou juízes, que reinterpreta o que é eleição e reeleição a seu bel-prazer, é considerado por este presidente da República como alguém que age de forma legal. Então, o que é ser ou não legal? O fato de ele governar por decreto desmoraliza a democracia.

Na década de 1990, a reforma do Estado não tem nada a ver com democracia. A palavra democracia ficou confinada aos anos 1980. São reformas para passar uma sociedade a limpo na peneira do ajuste fiscal. Dá

para pegar cada projeto de reforma do governo e saber quanto eles querem economizar e quantos direitos querem cassar. A palavra democracia desapareceu. São reformas antidemocráticas. Na verdade há uma profunda sabotagem da democracia.

Se eu fosse dizer sumariamente, eu diria que o Brasil é uma ditadura social, é a mesma elite que está no poder desde antes. Um regime político democrático deveria favorecer a democracia social. Se isso não ocorre, não é regime democrático. É falsa a questão de saber se o Brasil é uma democracia e dizer: claro que é, a cada dois anos há eleição, imprensa privada, etc. e tal. Esse é um critério totalmente formal, superestrutural e institucional.

Do ponto de vista social, o Brasil é uma ditadura maior do que era nas décadas anteriores. As elites tradicionais estão mais consolidadas no poder do que anteriormente. Então, este regime político não é democrático, não serve para promover a democracia no Brasil. Agora não precisamos de menos estado de direito, e sim de mais. Precisamos democratizar radicalmente a sociedade.

Como dizia Norberto Bobbio, depois que se vota nas eleições, é possível votar em todos os lugares. Votar é uma maneira de dizer, mas é preciso que as pessoas decidam. É preciso votar nas corporações, nas fábricas, na igreja, nas redações. A sociedade precisa decidir o seu destino. E isso não tem ocorrido. Ao contrário, o direito das pessoas de decidir sobre o seu destino tem sido expropriado. Não é um deputado ou um senador do PFL que pode nos dizer que, ao criticarmos o Parlamento, estamos prejudicando a democracia. Eles fazem parte do partido da ditadura militar no Brasil. (*Palmas.*) Eles ganharam diploma de liberais (*palmas*) porque a transição foi o que foi e é o que é, porque esse regime político não foi feito à imagem e à semelhança da campanha das Diretas Já, mas do pacto do Colégio Eleitoral. A transição nasceu daquele aborto da aliança dos democratas da Oposição moderada com os que vinham da ditadura.

O regime que temos nasceu de mais um pacto da elite feito no Colégio Eleitoral, e não da campanha das Diretas. Senão o presidente da República teria sido Ulysses Guimarães, e não José Sarney, nem Tancredo Neves.

O mínimo que se poderia dizer é que teríamos uma trajetória diferente da transição democrática no Brasil. Provavelmente, estaríamos mais próximos da democracia do que hoje.

Peço desculpas a todos, pois terei de me retirar. Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. MILTON SANTOS** – A resposta é para todos, mas eu me dirijo a quem fez a pergunta.

Eu não saberia dizer as razões imediatas do comportamento dessa ou daquela facção da mídia, em face de um fato.

Eu queria discutir um pouco mais o tema globalização a partir disso. Primeiro, teríamos de bem distinguir o que é moralismo do que é moral. Essa distinção é indispensável.

A grita contra o sr. Fulano, dito corrupto, contra a sra. Fulana, que é apontada por ter tido tal ou qual deslize cívico ou ético pode tanto se situar no reino do moralismo como no reino da moral.

Se é no reino do moralismo não tem eficácia, ou seja, tem eficácia política negativa, que é a da condenação do sistema democrático. Por isso, não pode ter eficácia política positiva, que é o desejo de guardar o sistema democrático e buscar melhorá-lo.

O moralismo não se inclui numa análise sistêmica, não está dentro de um sistema que reúna ideias e realidades. E vou dizer o porquê.

Quando uma sociedade decide que a competitividade é o fenômeno central, que é o caso de a sociedade dominante brasileira ser competitiva, passa a ser algo absolutamente aceitável. Então, somos todos convidados a ser competitivos. A própria nação é chamada para ser competitiva. Daí palavras como “preço”, “Custo Brasil” e coisas desse tipo, o que é a pregação da competitividade, o que é um comportamento aético.

Muito raramente a competitividade pode levar a comportamentos morais, e é por isso que o que é presidido pela competitividade pode, no máximo, produzir um discurso moralista, jamais um discurso moral. Quer dizer, a própria corrupção é o resultado da aceitação de um modelo de civilização.

Aceitamos esse modelo de civilização, buscamos desenvolvê-lo, o que nos conduzirá mais cedo ou mais tarde a uma atitude imoral, que é o fato, por exemplo, da competitividade dos negócios que escorrem pelo edifício social e entra na própria relação interindividual, na própria relação pessoal, conduzindo a que os comportamentos sejam despidos de qualquer preocupação ética, porque o essencial é ganhar a todo custo.

Ganhar a todo custo, que é o que nos aconselham, que é o que nos pedem, que é aquilo a que somos impelidos, é também abandonar toda a preocupação de ordem moral.

E há um sistema de imoralidade favorecido pelos que patrocinam o modelo sociopolítico-econômico atual. E há um outro sistema de ideias que busca propor outra moral. Há uma moral atuante, uma moral que se mostra como espelho e quer a ética do resultado.

Quando eu me preocupo com o resultado antes de me preocupar com a finalidade da minha ação, do meu trabalho, da minha disputa, estou escolhendo toda a preocupação moral verdadeira, mas posso ter um comportamento aético para sobreviver enquanto desejo ter um comportamento realmente ético.

Este é o problema que nos deveria preocupar: há um conjunto de condições conducente a que toda a moral, tal como a entendemos, seja abolida. Todavia, há pessoas como vosmecê, que pretende sinceramente que essa moral seja recuperada e passe a ser o guia das nossas ações. Esse é o problema.

Como distinguir um comportamento do outro? Esse é outro problema que vai desembocar na análise da realidade atual.

A análise da realidade atual mostra que o Estado, afinal, tem também um papel pedagógico, porque se espera que o Estado seja algo que,

inclusive, pelo discurso dos governantes, conduza ao aperfeiçoamento da pessoa, das relações interpessoais, sociais e internacionais.

Ao contrário, quando o Estado abraça plenamente modelos como o brasileiro atual, está paralelamente convidando a sociedade a adotar uma forma de vida imoral (*palmas*), o que faz com que, para a crítica, tal ou qual atitude seja hipócrita, porque é a crítica do conjunto de circunstâncias, no qual se insere essa atitude, que é isoladamente criticada. Esse é o nosso grande problema: essa necessidade de a todo momento pensar o conjunto das circunstâncias, pensar o conjunto das coisas, recusar, como vosmecê fez, a aceitar como válida uma atitude aparentemente moral, mas que é unicamente moralista, e, por conseguinte, não tem eficácia política digna, mas eficácia política indigna, porque não favorece a reconstrução de uma vida coletiva sadia.

Essa é a questão central de países como o Brasil no momento atual. (*Palmas.*)

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Para encerrar, passamos a palavra ao dr. Cícero Sandroni.

**O SR. CÍCERO SANDRONI** – Não teria mais nada a acrescentar ao que disse o prof. Milton Santos, que acaba de nos dar uma lição de filosofia, de maneira clara e simples.

Isso é que está faltando à imprensa brasileira. Quando a imprensa brasileira noticia escândalos, o que há de corrupto e de corrupção na sociedade brasileira, deve pensar o conjunto da circunstância. Como disse o prof. Milton: falta reflexão. Falta reflexão e falta pensar o conjunto da circunstância, porque a imprensa está voltada para o mercado, está voltada para vender o jornal, e não para pensar o conjunto da circunstância, não para refletir.

Quero fazer uma pequena reflexão no sentido de apelar ao leitor. Se a imprensa não atende a esses requisitos básicos, citados pelo prof. Milton Santos, o leitor deve condenar a imprensa, deixando de comprar o jornal. (*Palmas.*)

O leitor tem de refletir também. O leitor tem sido um pouco passivo em relação ao que recebe. Ele pode escolher entre o jornal “a”, “b” ou “c” e pode não escolher nenhum deles, não é verdade?

Por exemplo, o dr. Roberto Marinho tem o seu poder. No dia em que os leitores deixarem de comprar *O Globo*, desmorona esse poder. No dia em que deixarem de assistir aos programas da Rede Globo de Televisão, o seu poder se desmoronará.

Há um trabalho de conscientização do leitor, do cidadão e de crítica a esse tipo de imprensa que passa por uma reforma do agente, que até aqui tem sido passivo, quando teria de ser mais ativo.

Não quero me estender mais e vou deixar com os senhores um pensamento de Gertrud Stein, famosa escritora, e foi o que eu presenciei aqui: às vezes, as perguntas são mais importantes do que as respostas.

Como disse o prof. Milton Santos, muitas vezes, as perguntas fluviais foram mais esclarecedoras do que nós, da mesa, pudemos ser.

Parabéns à assembleia pelas perguntas. (*Palmas.*)

**A SRA. MODERADORA** (Débora Bithiah) – Agradeço a todos a presença e a participação.

Está encerrado o seminário de hoje.

# Seminário Agrotóxicos, Poluição e Saúde

Comissão de Ciência e Tecnologia

*Sessão de 23 de agosto de 1984*

No painel “Áreas críticas de poluição no Brasil”, presidido pelo deputado Fernando Cunha, Milton Santos, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, foi chamado a tratar do tema “O processo produtivo e ocupação de espaços: surgimento das áreas críticas de poluição”, tendo como debatedor Armando Leitão Mendes, superintendente da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente do Rio de Janeiro.

**O SR. MILTON SANTOS** – Senhor presidente, deputado Fernando Cunha, senhor deputado Dirceu Carneiro, senhor secretário da Secretaria Especial do Meio Ambiente, dr. Armando Mendes, minhas senhoras, meus senhores, estou presente neste seminário como geógrafo. Isso quer dizer que não é um técnico quem vai falar neste momento, mas alguém que, profissionalmente, preocupa-se com o conjunto de fatos ou fatores que explicam determinada situação. A primeira pergunta que caberia fazer, por conseguinte, é se a chamada questão do meio ambiente é ecológica, o que penso que não é, ou se é uma questão técnica, que penso igualmente que não é.

O conhecimento e a posição de uma questão, a colocação de um problema supõe, em primeiro lugar, que a própria gênese da questão seja levantada e conhecida. Se a gênese da questão não é levantada, isto é, se a problemática não é reconhecida, se a análise não é global, encontramos-nos com uma parcialidade que está longe de permitir o reconhecimento do problema e que, por consequência, induz a soluções parciais, isto é, a não soluções. Tenho medo de que a questão ambiental, tal como está colocada internacionalmente e nacionalmente não seja dessas questões que permitem, de um lado, a possibilidade de uma

demagogia inconsequente e às vezes criminoso, embora igualmente às vezes cativante, e, de outro lado, uma visão extremamente tecnicista do problema, que apenas permite arranhá-lo, tratá-lo de forma aparentemente científica, pseudocientífica, e, por conseguinte, atrasando as possibilidades de seu reconhecimento, do reconhecimento das dificuldades igualmente em resolvê-los, do reconhecimento das limitações que as soluções verdadeiras supõem, mas não a solução sincera para os problemas, senão a base, o conhecimento global, da identificação da globalidade das suas condições, da divulgação da globalidade das condições e da humildade suficiente para dizer: aqui não posso tocar, vou tocar ali. Isso aqui é hoje o que faço, aquilo será feito amanhã. Não proceder assim é induzir a um conhecimento falso, tanto mais perigoso quando parte da boca, ou da palavra, ou da pena de cientistas, numa fase como a nossa, em que a ciência, por ser onipotente, dotada de um poder mágico, é também dotada de uma capacidade de mistificação como jamais ela já teve. Ora, esse destrinchamento da questão, essa análise global parece-me fundamental no momento que passa, sobretudo agora que o país está tentando retomar seus destinos em suas mãos. O tecnicismo não é mais aceitável senão dentro de uma filosofia global, e a própria questão ecológica cada vez mais é colocada seja como uma questão de ecologia política, seja como uma questão de ecologia humanística, isto é, de filosofia ecológica, sem a qual nos encaminharemos para o suicídio de massa.

O que podemos dizer, em duas palavras, é que o espaço se vem produzindo ao longo da história humana como resultado da existência do homem social, do seu labor por ver continuado o trabalho do grupo a que pertence. Primeiro, nos tempos inocentes, o que tínhamos era um certo acordo entre o homem e a natureza, o que se chamaria de tolerância do homem em relação à natureza e vice-versa, que permitia que as técnicas elaboradas para construção e reconstrução do território fossem um resultado da cultura, isto é, em harmonia com um homem, susceptíveis, por conseguinte, de não alterar o homem dentro de si, porque as alterações da natureza não o ofendiam.

É o capitalismo e, mais do que ele, a revolução científica primeira que descobre a natureza como um instrumento de produção, que

começa a alterar essa relação simbiótica entre o homem e a natureza, até que chegamos à fase atual, chamada de fase científico-técnica ou técnico-científica, em que a morada do homem é cada vez mais organizada, reorganizada, estruturada, reestruturada em função da ciência e da técnica e, paradoxalmente, nesta fase em que a ciência técnica alcança um nível jamais imaginado, porque nos últimos trinta ou quarenta anos há mais cientistas e homens de saber do que nos passados 30 mil anos da história do homem. Exatamente todo o trabalho de buscar harmonia entre o homem e a natureza, que se tentou durante os 30 mil anos passados, parece agora ameaçado exatamente em função da ciência e da técnica. Por quê? Porque a ciência e a técnica se casaram, se concebem como irmãs gêmeas indissociáveis e se puseram a serviço do lucro.

Quem ouviu com atenção a exposição importante feita esta manhã por S. Sa., percebeu nas entrelinhas que um dos grandes obstáculos à realização plena do seu trabalho é o lucro, a incapacidade em que tantas vezes se encontram os organismos do poder público para se indispor com o lucro, ainda que se indisponham com as populações. Mas é que vivemos também numa fase em que a produção se tornou autônoma, esta é uma das características da fase atual: a autonomia da produção em relação ao consumo que cria, em relação ao homem, a cujo serviço devia se colocar. É essa autonomia da produção exatamente que faz com que a problemática do meio ambiente seja colocada como se houvesse um meio ambiente abstrato, que é o que vemos na maior parte da literatura, vem dos organismos nacionais e internacionais ligados à questão. Meio ambiente abstrato que não é o resultado da produção, da forma como a produção é deixada de fazer.

Pois bem. Enquanto virmos esse meio ambiente como uma coisa abstrata, separada da produção e dos seus delineamentos, da força que ela tem sobre os indivíduos, da incapacidade que ela tem, a produção, de respeitar no homem o que nele é humano, a colocação da questão ambiental será sempre capenga. Dir-se-ia que a questão é genérica. Não é. Não é porque, se colocarmos em primeiro lugar os índices de poluição, que são uma espécie de alfa e ômega dos organismos de planejamento ambiental no Brasil que decidem das possibilidades de

intervenção, esses índices de poluição não são os mesmos nos diversos países. Se compararmos nossos índices com os norte-americanos, veremos que a tolerância dos nossos organismos ambientais é muitíssimo maior do que os de lá. Sei que nossos índices de poluição foram, de modo geral, calcados sobre os índices americanos, mas, se compararmos os índices de poluição americana com os soviéticos, aí, então, a distância é enorme, significa que os índices de poluição, que são dados como um dado científico, não são senão um dado abstrato que vem de uma concepção da convivência social, que vem de uma concepção do valor do homem, que vem da concepção do respeito ao cidadão, cuja aplicação parece ser o sinal de uma atividade realmente coibidora da poluição, quando não passa de um exercício científico, de exercício acadêmico, se não estão em condições de respeitar a vida humana, que é a primeira das preocupações que deveria existir.

Ora, a questão dos países subdesenvolvidos é mais grave na medida em que países, no seu desenvolvimento, tiveram de fazer face a uma série de problemas ao mesmo tempo. O primeiro deles, evidentemente, é a transferência de atividade, que chamamos durante dois ou três decênios de substituição de importações, e que não era outra coisa senão a substituição de importações nos países do centro, ao mesmo tempo em que esses países eram de analfabetos, de pobres, de pessoas escassamente informadas, países que para melhor servir à divisão do trabalho internacional se transformaram. O exemplo recente se estende pela quase totalidade dos países subdesenvolvidos, em países onde as liberdades essenciais foram eliminadas. Essa supressão das liberdades essenciais em países como o nosso, por exemplo, é uma das causas da questão ecológica.

Na medida em que um país como o Brasil dispuser de governos para os quais os indivíduos são coisas sem valor – foi o caso brasileiro nos últimos vinte anos, de modo geral – é evidente que a questão ecológica passa a ser subalterna, não pode ser considerada como uma questão principal. Não estou dizendo que não houve esforços dos órgãos técnicos. Muito ao contrário. Quero crer que para muitas das questões nossos órgãos técnicos fizeram um esforço digno de ser elogiado, esfor-

ço que é reconhecido internacionalmente. Conheço particularmente o trabalho da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), conheço de certa forma o trabalho que desenvolveu na Bahia. Tenho igualmente notícia do que se fez nos últimos anos no estado do Rio de Janeiro. A verdade é que esses organismos, apesar de contarem com uma equipe técnica extremamente numerosa e capacitada, não puderam até hoje localizar as causas da poluição provocada por uma solução tipicamente brasileira, como é o álcool nos transportes urbanos de modo geral, o que me parece simplesmente escandaloso. Se o álcool foi uma solução que o Brasil apresentou ao mundo, que apresentou a si próprio como forma de enfrentar um dos problemas da crise mundial, parece-me escandaloso que os recursos não tenham sido dados a essas instituições para podermos dizer de que maneira as emanções do álcool nas grandes cidades, nas metrópoles e em todo o país afetam a vida humana.

Sei também que a legislação ligada à questão no Brasil se imagina subordinada aos princípios gerais do direito, como se os mesmos fossem algo imutável, insusceptível de evolução. Outra vez uma petição de princípio abstrata, um início de raciocínio abstrato que, de certa forma, domina a discussão da matéria.

Creio que a questão tem transvertentes, a vertente técnico-científica, a vertente pedagógica e a vertente política. A vertente técnico-científica se dividiria em dois ramos, o propriamente científico com o conhecimento dos processos que levam à existência da poluição nesta ou naquela área; a questão técnica, que teria a ver com a criação do meio, e cada vez mais o meio ambiente é um meio técnico-científico, o meio ambiente hoje é um meio técnico-científico e é cada vez mais isto. Quando dizemos que o meio ambiente é um meio técnico-científico, estamos com isso sugerindo um enfoque muito mais abrangente. O meio técnico-científico é um meio que exige mais, cada vez mais, presença de ciência e de técnica. É um meio que exige cada vez mais capital constante, fixo, fixado até. O meio técnico-científico é um meio que exige cada vez mais capital de movimento, capital avançado para o início da produção. O meio técnico-científico é um meio em que o

trabalho abstrato se impõe cada vez mais sobre o trabalho concreto. O meio técnico-científico é um meio igualmente que, por sua própria existência, contribui à criação da alienação. E é por isso mesmo, por essa razão, que devemos ser cada vez menos técnicos e científicos na discussão da questão do meio ambiente, que é – repito – cada vez, nos dias atuais, um meio científico e técnico e cada vez mais devemos ser filosóficos e no bom sentido da palavra, políticos, porque a filosofia será inane se não for acompanhada de preocupações políticas, ela quedaria apenas no discurso.

A vertente pedagógica nos levaria à educação. Fala-se com frequência que uma das causas da poluição é a pobreza ligada à educação. Pego as duas causas juntas e volto a um dado ao qual não referi expressamente antes, mas que estava embutido naquilo que sugeri, isto é, o modelo socioeconômico e o modelo político que o país aceitou: modelo criador de pobres, modelo criador de analfabetos, por conseguinte, modelo que haveria de trazer como um dos seus resultados uma poluição maior. O senhor secretário se referiu, por exemplo, à questão da poluição hídrica, consequência da comunicação dentro da área urbana de uma determinada metrópole entre os recursos em água procurados individualmente pelo pobre ou pelo mais ou menos pobre e das possibilidades de evacuação dos despejos, também procuradas individualmente por esse menos ou mais pobre.

Será a pobreza que cria a poluição? Será a deseducação que cria a poluição? Ouvi várias vezes essa litania nos escritos dos autores do Banco Mundial e de outros organismos e neles identifiquei uma vontade de aparelhamento rápido das grandes cidades do mundo subdesenvolvido, em medida de rapidamente possibilitar a intrusão de um novo nexos de capital mais alto. Como igualmente, nos países menos subdesenvolvidos, a verdade tem que ser dita, a luta contra a poluição também tem servido a uma elevação mais rápida dos nexos de capital, indispensável a uma passagem tranquila de um momento para outro do sistema capitalista na sua situação atual. Então, temos de estar muito alertas em relação ao discurso oficial, possibilidade que não nos é dada se não estudarmos a questão na globalidade de sua existência.

A verdade é que problemas como este, do meio ambiente, da poluição hídrica, das dificuldades existentes na cidade supõem, além da informação geral, aquelas que obtemos pela televisão, pelo rádio e pelo jornal — e quem lê jornal neste país, onde a compra do jornal consumiria um sexto do salário mínimo, o que é uma das explicações para a baixa tiragem da imprensa e para a desinformação da maioria da população, mas a questão não é apenas de informação geral; há uma questão de informação especializada, informação especializada que os funcionários dos diversos organismos ligados à questão não estão em condições de dar, exceto se para eles, uma vez que estou falando numa Câmara de Deputados — se a eles fosse outorgada uma situação semelhante à dos juízes, de uma imunidade. Quem dentre nós, cidadãos, está seguro de que telefonará a um desses organismos ligados ao meio ambiente e terá as informações para ter a possibilidade de agir a tempo? Que cidadão? Aliás, o cidadão não existe nas leis ligadas ao meio ambiente. O indivíduo, como cidadão, que é uma instituição ao mesmo título que o Estado, não está nas leis reitoras principais ligadas ao meio ambiente. Nenhum de nós tem os meios reais de investir contra quem está poluindo, ou está causando mal à saúde de indivíduos e das populações urbanas. Não apenas porque não há dentro da legislação essa possibilidade, se não por uma vaga alusão às ações populares, que todo mundo sabe como são, porque no aparelho jurídico nacional parece que a postulação de ações populares é apenas para inglês ver, isto é, é uma dessas grandes hipocrisias de que a estruturação jurídico-política da nação está cheia.

Parece, então, que a questão do meio ambiente só pode ser colocada de maneira eficaz quando a cidadania, isto é, no caso brasileiro, a inexistência da cidadania — é um país onde o cidadão ainda não existe, ainda está para existir —, a inexistência da cidadania faz com que soluções ligadas à questão do meio ambiente sejam precárias. A mim me parece que, de um lado, haveria que investir dirigentes e técnicos responsáveis desses organismos do meio ambiente de magistratura, permitindo-lhes, primeiro, adequar os índices às realidades não ecológicas, que são uma coisa abstrata, mas à realidade da sociedade tal como ela é. Haveria que dar incolumidade total a esses agentes

do Poder Público, que teriam uma situação diferente das demais tecnocratas. Eles não seriam demissíveis por haverem revelado, num momento “x” ou “y”, as condições reais existentes numa cidade, coisa que, nos dias atuais, parece impossível. A mim me parece possível que um funcionário da Cetesb, ou de um organismo do Rio de Janeiro ou de Salvador, possa, respondendo a uma questão de um cidadão que fala de um telefone público na rua, informar corretamente sobre a situação considerada como perigosa para uma população. A questão, por conseguinte, é de valores. A questão dos valores dificilmente é compatível com uma situação na qual a produção é autônoma. A autonomia da produção, entronizando o lucro como fator fundamental das escolhas, que, de certa forma, tempera as boas disposições dos homens públicos, por mais honestos que eles sejam, ou que estejam sendo, diria melhor, essa questão dos valores me parece ser a questão fundamental nessa questão, porque não é uma questão de contagem de partículas, coisa que os próprios técnicos não sabem nem o que é, nem uma questão de medida para indicar se há emergência ou alerta. A questão é muito mais de sobrevivência da raça humana, é de criação de condições de uma vida normal e decente para os brasileiros no caso vertente. Parece que, dentro desse quadro, o que se chama de prevenção e o que se chama de correção ganham um valor reduzido. O seu valor se reduz na medida em que as autoridades são obrigadas a acordos permanentes com os que criam os problemas, muitos desses acordos sendo resultado das pressões políticas a que se submetem. Sei de ciência certa que muitos dos técnicos principais desses organismos somente permanecem nos seus postos porque imaginam, primeiro, que os estudos que fazem, tendo uma grande força pedagógica, vão contribuir ao conhecimento da questão, segundo, porque imaginam que saindo podem ser substituídos por alguém que seja menos cuidadoso do que eles. Mas a verdade é que estamos longe das soluções enquanto a questão da cidadania não for colocada, a questão do indivíduo não for colocada como um igual do Estado e enquanto a questão é tratada como uma questão técnica.

Peço desculpas por esse vasto passeio ao derredor da questão, mas realmente não vejo outra forma para tratá-la, se não com o risco de torná-la capenga.

Milton Santos nasceu em maio de 1926, em Brotas de Macaúbas, Bahia. Formou-se em direito, mas foi no campo da geografia que construiu obra de alcance mundial. Entre 1948 e 1964, desempenhou diversas atividades na Bahia: foi professor universitário, jornalista, diretor da Imprensa Oficial e presidente da Fundação Comissão de Planejamento Econômico do Estado da Bahia.

Em seguida, até 1977, desenvolveu uma carreira internacional. Lecionou nas universidades de Toulouse, Bordeaux e Paris-Sorbonne, pesquisou no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e passou por Toronto, Caracas, Dar es Salaam e Nova York.

Em 1977, retornou ao Brasil e, em 1983, ingressou como professor titular na Universidade de São Paulo. Em 1994, recebeu o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud. Foi reconhecido com o título doutor *honoris causa* em dezenove universidades e publicou mais de quarenta livros. Faleceu em junho de 2001 em São Paulo.

“O geógrafo, escritor e um dos mais brilhantes intelectuais do século XX transcende sua inegável contribuição à academia ao exemplificar como a educação é capaz de transformar as trajetórias de pessoas negras no nosso país, cujos saberes e histórias de vida foram sistematicamente apagados pela estrutura colonial e racista. [...] Seu modo inovador de perceber e estudar o espaço transformou-se em referência mundial entre cientistas sociais e filósofos. Em sua vasta obra, a grande capacidade de elaboração conceitual juntou-se à sensibilidade para com tudo que importa à vida concreta das camadas populares para produzir uma visão de mundo criativa e transformadora, que não nega o caráter perverso da globalização em curso, mas percebe, nas vivências e convivências das pessoas comuns, os germes de um novo tempo.”

Deputadas Benedita da Silva  
e Dandara Tonantzin

Baiano de Brotas de Macaúbas, homem negro, Milton Santos foi um dos principais intelectuais brasileiros e do mundo no século XX. Geógrafo, escritor, advogado, jornalista e professor, publicou mais de quarenta obras e foi o único latino-americano a receber o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud. Seu pensamento humanista revolucionou a forma de compreender e ensinar geografia.

Esta publicação resgata duas intervenções orais proferidas por Milton Santos em eventos na Câmara dos Deputados, incluindo uma de suas últimas aparições públicas, em abril de 2000, no seminário Parlamento Brasileiro: História e Perspectivas, realizado por ocasião dos 500 anos do Brasil. No ano em que Milton Santos completaria cem anos, reunir esses pronunciamentos é um gesto de preservação da memória intelectual do pensador e cientista cujas ideias permanecem vivas e necessárias.

As falas aqui reunidas lembram o que a política pode ser quando orientada pelo rigor do pensamento e pela escuta atenta das realidades concretas do país.



CENTRO DE ESTUDOS E  
DEBATES ESTRATÉGICOS



edições câmara  
ESTUDOS & DEBATES

